



**TESES INSCRITAS**

**TESE:**

**POR UM SINDICALISMO AUTÔNOMO E DE VALORES PARA OS TRABALHADORES**

**CORRENTE SINDICAL AUTÔNOMA  
PORTO ALEGRE - MARÇO DE 2007**

## **I - INTRODUÇÃO**

O 9º Congresso Bancário propicia mais um momento de debates sobre os problemas que perfazem o entorno da categoria, que está inserida num contexto mundial de profundas transformações.

A Globalização, capitaneada por governos e empresários ideologicamente afinados com as idéias neoliberais, faz crescer o abismo entre os que são detentores das riquezas e os que se encontram privados das condições mínimas de sobrevivência digna.

O resultado desse processo político é um brutal aumento da concentração de renda, com a produção de mazelas escandalosas no tecido social mundial, especialmente do chamado terceiro mundo.

Desta forma, queremos apresentar aos companheiros (as) bancários (as) do Rio Grande do Sul, nossa contribuição ao debate, fruto de reflexões, análises de pessoas e organizações que perfazem o entorno da Corrente Sindical Autônoma, no interior da Federação dos Bancários do Rio Grande do Sul.

## **II - ALGUNS ELEMENTOS DA CONJUNTURA**

A crise do Estado Liberal, especialmente nos anos que se seguiram à Primeira Guerra Mundial, tendo seu ápice a crise de 1929, colocou em dúvida a consistência das bases liberais capitalistas, que defendiam rigorosa liberdade (leia-se: não interferência estatal) para indivíduos e empresas, especialmente no que diz respeito à atividade produtiva e às relações capital-trabalho.

A teoria política que se sobressaiu como a solução para os países capitalistas foi o chamado Keynesianismo, que se pautava numa redefinição do papel do Estado.

Para Keynes, ao Estado cabia a função de "*impulsionar e promover*" o desenvolvimento econômico e social, partindo da premissa de que "*o setor privado não é capaz, por si só, de garantir a estabilidade da economia*".

Keynes defende que o fortalecimento da economia capitalista se dá com a **integração** de toda a sociedade na produção, distribuição e consumo dos bens produzidos, e o Estado desponta como o ente mais importante em termos de responsabilidade pela condução do processo histórico da sociedade em termos de política, economia e bem-estar social.

Para a teoria Keynesiana o Estado precisa atuar como o protetor, regulador e controlador das relações sociais, não permitindo um "**Laissez-Faire**".

É o nascimento do chamado "Estado Propulsor", que gera o que se popularizou como a Teoria Social Democrata.

Esta base ideológica inspirou políticos e economistas a pensarem sobre a implementação de formas de governo, planos econômicos, programas de desenvolvimento com vistas a superar os graves problemas econômico-políticos do pós-guerra.

Mas, na implementação do modelo de Estado de Bem Estar Social, a história mostrou duas experiências desastrosas devido, principalmente, a duas distorções:

- O **Estado Oligárquico**, onde as elites "privatizam" a estrutura estatal, colocando-a a serviço de interesses privados, imprimindo forte caráter paternalista, sem falar na ineficiência, inchaço e corrupção.
- O **Super Estado**, onde a produção, o controle e a própria propriedade dos meios de produção são fatores diretamente ligados à estrutura estatal, gerando Estados totalitários, burocratizados, e igualmente ineficientes.

Sem dúvida Keynes representa a primeira grande "reforma" do Liberalismo tal como foi concebido na sua gênese, e convertido no sistema político e econômico de base capitalista.

Mas a crise dos anos 70, mais acentuadamente em 1973, obrigou os teóricos a encontrar outras saídas para a crise decorrente da estagnação nos índices de crescimento da economia, somados a altas taxas de desemprego e altos índices de inflação.

Neste contexto surgem os pensadores que passaram a ser classificados como Neoliberais, afirmando que "*... a crise econômica é resultado da excessiva presença e intervenção do estado na Economia e do excessivo poder do Movimento Operário que corrói as bases da acumulação capitalista com suas pressões reivindicatórias*".(Friedmann)

É uma teoria baseada na concorrência perfeita, e ao Estado cabe exclusivamente a função de manter a **estabilidade monetária**.

Esta teoria ficou conhecida como **Monetarista**, ou **Teoria do Estado Mínimo**, cujas principais estratégias são a desregulamentação, as privatizações, a quebra de monopólios e o enxugamento da máquina estatal.

As transformações que o mundo vive hoje, principalmente no que diz respeito às relações de trabalho, têm esta base ideológico-política.

Passamos a conviver com termos como globalização, mundialização, transnacionalização, física quântica (uma nova antropologia baseada numa concepção cósmica que ultrapassa os limites da tradicional visão de mundo), e estamos desafiados a redefinir o papel do ser humano e do trabalho neste contexto.

Para isso, alguns princípios precisam nortear nosso agir e isso é o que passamos a expor, ainda que de forma sucinta.

### **III - POSIÇÕES**

#### **A CONCEPÇÃO DE MOVIMENTO DOS TRABALHADORES**

Nesse contexto onde os trabalhadores e suas organizações debatem estratégias, buscam compreender os novos cenários e protagonizar na defesa de direitos já conquistados, além de buscar alternativas que encontrem viabilidade histórica é preciso construir um Movimento de Trabalhadores com independência ideológico-partidária, político no sentido classista, menos economicista e mais social, menos reivindicante e mais construtor de propostas, menos autoritário e com mais capacidade para o diálogo. Este é o caminho da construção de um verdadeiro poder social.

O desenvolvimento tecnológico nos obriga a absorvermos novos conceitos, a ampliarmos nossa visão/percepção da realidade que nos cerca.

O Movimento dos Trabalhadores supera o conceito de Movimento Sindical: este é apenas uma parte daquele, apesar das especificidades do sindicalismo.

Essa concepção embute uma visão político institucional diferenciada, uma vez que inclui organizações de natureza diversa e fins específicos próprios diferenciados, unificando-os numa visão classista, resumida na terminação de Movimento dos Trabalhadores.

Neste conceito se somam o Movimento sindical propriamente dito, o Movimento Cooperativo dos trabalhadores, o Movimento Associativo e o Movimento Popular: todos eles preocupados com o protagonismo político dos trabalhadores, apenas tendo como mote organizativo situações diferenciadas: local de trabalho, local de moradia, preocupação e necessidade comum, objetivos estratégicos similares e, acima de tudo, visão de mundo similar: todos considerando o trabalhador como sendo o centro da análise e a perspectiva a partir da qual se promove a organização, se provoca o enfrentamento e se direciona o interesse.

Superar a visão estreita de que poderemos construir um verdadeiro poder social a partir do sindicalismo, isoladamente, é equivocar-se historicamente, pois a parceria, a colaboração estratégica, é a grande arma que precisamos dominar.

Neste contexto é que defendemos a integração ao trabalho dos Sindicatos a pauta dos bancários desempregados, fruto da automação bancária, abrangendo suas histórias para além do período em que integrou a categoria.

Há que se construir propostas e procurar acompanhar a luta desses colegas que foram "empurrados" para outras atividades, seja para orientá-los na busca de novas soluções para a sobrevivência, seja para prepará-los para o mercado de trabalho com seus grandes desafios.

#### **O PAPEL DO ESTADO:**

É preciso perceber e redefinir o papel do Estado.

Fomos e continuamos sendo contra a cartilha neoliberal de um Estado mínimo: o mercado não resolve problemas onde o investimento estatal, sem o pressuposto de atividade lucrativa é indispensável.

O Estado segue sendo estratégico e necessário na tarefa de corrigir as distorções produzidas pelo capitalismo, conter os abusos de poder econômico, salvaguardar os interesses nacionais e garantir uma distribuição mais equitativa da riqueza.

Igualmente é preciso redefinir o que é setor público e distingui-lo do estatal-governamental.

O setor público não pode ser confundido ou identificado pura e simplesmente com o "estatal".

O estado é o grande ente público por excelência, mas há um número cada vez mais crescente e significativo de organizações que, mesmo sendo classificadas como não-governamentais, ou "iniciativa privada" desenvolvem atividades absolutamente públicas.

O público não pode ser confundido com administração estatal ou monopólio dos organismos estatais.

Este tema merece especial atenção do Movimento dos Trabalhadores, para que possamos identificar claramente onde está em jogo o interesse público e onde se deve respeitar a liberdade de ação de indivíduos e empresas.

### **A CONCEPÇÃO DE SER HUMANO:**

Num contexto onde se reforçam cada vez mais as formas de geração de recursos, especialmente recursos financeiros mediante processos puramente especulativos, o Movimento dos Trabalhadores precisa reforçar sua convicção de que toda riqueza é gerada pelo trabalho humano.

Sem o ser humano trabalhador não há nada que se possa se caracterizar como sendo produção: se há quem ganhe sem o uso do trabalho é porque se está apropriando do fruto do trabalho alheio, ainda que de forma indireta.

Esta base eminentemente humanista deve ser a base a partir da qual se considera todos os aspectos das relações de trabalho.

Partimos da afirmação de que o trabalhador e a classe trabalhadora são *pessoas humanas*, e a luta é no sentido de que dentro da sociedade se reconheça e se respeite a sua condição como tal.

Sustentamos que todos os trabalhadores, por serem humanos, tem direito de serem respeitados em sua integridade física, de ter os meios indispensáveis para uma vida digna e, sobretudo de exercer a prerrogativa da liberdade.

O humanismo é, pois, a luta e o esforço para devolver o ser humano com dignidade, respeitando sua natureza social e incentivando a solidariedade, hoje afogada pelos antivalores do individualismo e da competitividade.

### **O CONCEITO DE CLASSE SOCIAL**

O corte ideológico específico do Movimento dos Trabalhadores é justamente o sentido classista da representação e da luta.

Defendemos um sindicalismo classista porque as suas colocações somente se fixam nos valores, nos interesses, nos problemas, nas necessidades, nas aspirações e nos princípios da classe trabalhadora e porque nas suas lutas utiliza principalmente suas organizações naturais de classe (sindicatos, associações cooperativas, etc.).

Neste sentido cabe destacar que, assim como se deve manter relações e parcerias com partidos políticos, o Movimento dos Trabalhadores precisa entender que alianças se fazem e se estabelecem a partir de fortes e sólidas organizações naturais de classe.

O Movimento dos Trabalhadores classista - é aquele que cada dia e todos os dias fortalece e desenvolve a consciência de classe social, como condição indispensável para a eficácia e a eficiência na consecução de seus objetivos históricos e conjunturais.

Neste sentido é que podemos considerar o conceito de Classe Trabalhadora como sendo um conceito eminentemente subjetivo, ou seja, de consciência de "pertença".

Pertence à Classe Trabalhadora quem se sente trabalhador e analisa os fatos e a conjuntura a partir da história, dos interesses e das perspectivas dos trabalhadores.

Este sentimento é que acaba por definir o Movimento Sindical, no bojo do Movimento dos Trabalhadores, como sendo um organismo eminentemente classista.

Mais ainda, o Sindicato se reveste de especial dimensão estratégica por ser o mais classista dos movimentos sociais incluídos no chamado Movimento dos Trabalhadores.

Classista por ser sua natureza orgânica construída a partir do mote do local de trabalho, ou pelo menos das características específicas da atividade laboral.

Nenhum outro movimento social é tão tipicamente classista como o Movimento Sindical.

Ele não representa os associados, ou os preocupados com determinada questão, ou os moradores de determinado local, senão representa uma categoria específica.

### **ACÇÃO DE MASSA E FORMAÇÃO DE QUADROS:**

Historicamente o Movimento dos Trabalhadores, especialmente o sindicalismo tem trabalhado a movimentação de massas como forma de luta, e muitas vezes até mesmo como estratégia de formação de lideranças: dizia-se que o trabalhador se forma na luta.

Os tempos mudaram e a "manobra de massas" nos parece que deva ser uma estratégia superada.

Poucos resultados históricos se sustentam a partir desta estratégia de luta e formação de lideranças.

Entendemos que, sem abandonar a estratégia de construção de um movimento de massas deve-se lutar com igual ou maior empenho para a constituição de uma organização de quadros.

Trata-se de investir numa Rede de Equipes de Quadros que, surgidos das próprias massas e não provenientes do exterior têm como missão animar e conduzir tanto o processo de democracia interna das Organizações, como as ações de mobilização das massas em função de imprimir-lhes mais eficácia à confrontação e ao poder da classe trabalhadora.

Este dado é fundamental num contexto em que tão importante quanto dizer "o que não queremos" é construir propostas que digam "o que queremos e como queremos".

Acreditamos que o Movimento Sindical autêntico se quer ser uma Real Organização de Massas deve crescer sistemática e constantemente em seu tamanho e dimensão incorporando novos trabalhadores, mas ao mesmo tempo e talvez em uma maior proporção, deve aumentar o número de suas Equipes de Quadros que, tal como o levedo na massa, devem adquirir seu verdadeiro valor ao atuar no interior e integrados às massas.

Para que o Movimento Sindical possa ser um movimento de massas não significa, nem deve significar que seja um movimento que "despersonalize" e manipule o trabalhador.

Pelo contrário, o ser um movimento de massas e quadros significa que o movimento dos trabalhadores deve "personalizar", "humanizar" e "elevar o nível" de consciência do trabalhador e da classe trabalhadora.

## **VISÃO TERCEIRO-MUNDISTA E LATINOAMERICANISTA**

Sustentamos que não pode haver justiça social em nível das classes de cada país, se ao mesmo tempo não há justiça social ao nível das relações entre as nações.

Assim como no passado o eixo da justiça girava principalmente em torno dos problemas das classes sociais, em épocas mais recentes o eixo da justiça gira, cada vez mais ao redor do problema dos países ricos e dos países pobres do denominado Terceiro Mundo, isto é, dos países desenvolvidos e dos países em vias de desenvolvimento.

A posição de unir aos países do Terceiro Mundo pobre e sub-desenvolvido tem que se dar junto com a tarefa de articular aos trabalhadores dos países pobres e dos países ricos dentro da irrenunciável solidariedade de classe, para facilitar deste modo, a criação de uma nova ordem política, econômica e social a nível mundial.

Para nós, brasileiros esta postura passa pelo desenvolvimento do sentimento "Latino-Americanista" porque deve assumir a tarefa de lutar e realizar a promoção integral, pessoal e coletiva da classe trabalhadora da América Latina.

Há que se destacar a identidade ideológica e histórico-política dos países que carregam consigo a herança cultural hispânica, lusitana e africana.

A implantação na América Latina de um Movimento Sindical de Trabalhadores que não leva em conta a cultura, os valores autênticos e a história dos trabalhadores e dos povos latino americanos, teve como resultado a existência de um Movimento de Trabalhadores "alienado" e predominando nele um sentido meramente economicista ou um conteúdo meramente "instrumentalista", alijados ambos do espírito solidário e humanista que sempre caracterizou os povos latino-americanos.

Não se trata de se opor aos trabalhadores do resto do mundo, mas de construir propostas a partir do contexto social, histórico-cultural e, sobretudo econômico

Repudiamos o sindicalismo que significa um brusco transplante europeu e/ou norte-americano na nossa realidade.

Diante dos imperialismos que utilizam toda a forma de instrumentos, mecanismos, programas e recursos para conseguir seus objetivos hegemônicos e que penetram de forma constante e sistemática no Movimento Sindical de Trabalhadores com a

finalidade de dividi-lo, de aliená-lo de seus interesses, e finalmente, com propósitos de dominação, a afirmação de nossa cultura gera identidade própria.

O não alinhamento deve recusar e denunciar de forma concreta, constante e sistemática toda intenção de controle, de penetração e manipulação do Movimento Sindical, assim como toda forma de intervenção econômica, política, social ou cultural externa.

## **BASEADO EM PRINCÍPIOS E VALORES ÉTICO/HUMANISTAS**

Sustentamos que uma das condições indispensáveis para conseguir a eficácia, e a eficiência do Movimento dos Trabalhadores é torná-lo um movimento de ação baseada num conjunto de princípios e valores.

É neste sentido que ser ideológico é um sinal de maturidade e de responsabilidade: demonstra que a classe trabalhadora pensa por si mesma e começa a procurar caminhos próprios para sua promoção e libertação... têm projeto próprio.

Em política "ideologia" se opõe a "pragmatismo" e os movimentos ideológicos declinam e morrem quando se convertem em simples pragmatismo.

A ideologia sempre está apoiada e sustentada por determinados valores, princípios, necessidades e aspirações do sujeito histórico portador do projeto político.

Elencamos a seguir a base ético-humanista que defendemos na estruturação e na ação do Movimento dos Trabalhadores.

Em primeiro lugar elencamos um conjunto de **princípios** que consideramos fundamentais:

- a) O homem (nem o trabalho nem o lucro) é a essência das relações trabalhistas, e portanto é necessário considerar o homem todo, em seus vários aspectos, quando se pensa as relações trabalhistas. Não podemos esquecer as várias dimensões do ser humano... não podemos resumir o homem a máquina de trabalhar: "um ser produtivo que vende sua força de trabalho".
- b) Trabalho não se identifica com atividade lucrativa para si ou para outrem, mas com atividade humana de construção do mundo para a dignificação humana. Tomado nesta dimensão, o trabalho passa a ter outro significado, muito mais amplo e dignificante.
- c) Toda riqueza produzida pelo trabalho humano deve concorrer para a plenitude(=realização plena) do homem todo e de todos os homens, portanto todo processo de concentração de renda é imoral quando relega outrem à carência das mínimas condições de sobrevivência digna.
- d) O ideal perseguido é uma sociedade igualitária onde cada um é considerado a partir de sua condição pessoal e não como um padrão numérico: " Nada mais injusto do que tratar igualmente os desiguais".

Com base nestes princípios, alguns **valores** passam a assumir importância central no "que fazer" e no "como fazer" do Movimento dos Trabalhadores.

### a) A LIBERDADE:

A liberdade é um dos requisitos básicos e um dos direitos fundamentais de qualquer pessoa humana e, por extensão de toda entidade que represente interesses das pessoas.

Onde falta liberdade, em todos os sentidos, haverão momentos em que a entidade deve abdicar de suas posturas.

Há limites na competência; há limites nas possibilidades; há limites nos recursos; há limites legais; isto é, de certa forma natural.

O que não se admite é que interesses escusos "cabrestiem" a ação sindical.

Neste sentido há dois aspectos:

- a) por um lado, a liberdade pode ser restringida por investidas de agentes externos: outros Sindicatos, Partidos Políticos, Governo, etc;
- b) por outro lado poderá haver "atrelamentos" pela própria postura dos dirigentes sindicais que "vendem" a liberdade do Sindicato em razão de interesses pessoais ou por qualquer outra razão.

Nem uma e nem outra forma são admitidas quando se trata de Sindicalismo, e isto pelo fato de que o Sindicato é uma entidade de organização de determinada categoria e de seus interesses.

O Sindicato deve ser livre para expressar e reivindicar as melhores condições de vida possíveis para os trabalhadores.

O Movimento Sindical de Trabalhadores deve ser livre porque tanto em seu processo de promoção e constituição, como de desenvolvimento, ação e mobilização, devem ser o resultado da livre determinação e do esforço criador e responsável de todos e cada um dos trabalhadores.

O valor que representa a liberdade deve ser considerado a partir de dois aspectos:

Em primeiro lugar liberdade de organização institucional não se confunde com falta de regramentos que orientem a forma de se estruturar o Movimento dos Trabalhadores, notadamente o Movimento Sindical

Neste sentido liberdade sindical não se confunde com falta de um conjunto de regramentos mínimos que orientem a criação e o desenvolvimento e inclusive a materialização de organismos reguladores das organizações representativas dos trabalhadores.

O que defendemos é que esses organismos sejam constituídos por representantes dos próprios trabalhadores e não por burocratas ou representantes de outros segmentos sociais ou estatais/governamentais.

Em segundo lugar liberdade significa respeito ao conjunto dos trabalhadores representados pela estrutura constituída. E é neste sentido que, no atual contexto, não há lugar para manipulação de massas.

O exercício da liberdade deve enfrentar o desafio de mobilizar a partir de elementos como a consciência do que se está fazendo, compreendendo o processo em curso.

Acreditamos que todos os trabalhadores têm condições de compreender uma pauta de luta e as estratégias de ação propostas.

É, e deve ser um dos direitos fundamentais dos trabalhadores.

Toda pessoa tem direito a associar-se para contribuir solidariamente para com a defesa comum de seus interesses e para encontrar a realização dos valores que derivam da dignidade da pessoa, da condição da classe trabalhadora e dos fundamentos e objetivos da comunidade.

Que toda pessoa tem direito a decidir livremente sua incorporação ou não a uma Organização.

Que nenhuma autoridade poderá negar nem limitar o exercício deste direito e que a solidariedade é o valor e a sustentação filosófica deste direito.

#### b) A DEMOCRACIA:

A representação que exerce leva o Sindicato a ser uma entidade democrática por excelência.

A nenhum dirigente é dada a faculdade de se instituir em ditador, ao revés dos interesses da categoria.

A Democracia deve existir em três dimensões:

- c) Em relação ao próprio dirigente, uma vez que o conjunto dos que foram escolhidos para dirigir o Sindicato devem agir de forma a colaborar e somar no cumprimento das obrigações da entidade. Onde há autoritarismo interno, falta argumentos éticos para se cobrar Democracia nas relações de trabalho ou nas relações sociais em geral. Evidentemente que isso não significa que qualquer decisão deva passar pela coletividade: haverá tarefas e responsabilidades específicas de cada um e, neste campo deve haver uma relativa autonomia para bem desempenhar as funções exigidas de cada um individualmente.
- d) Em relação ao quadro associativo, o dirigente é responsável por encontrar meios de participação de todos quantos possam e devam contribuir para a construção do ideal de justiça social buscado. O comodismo dos dirigentes poderia levar a um afastamento cada vez maior das "bases" em relação às decisões. Mas cabe aos dirigentes a responsabilidade de encontrar formas de envolver os associados nas decisões, especialmente as que maior repercussão terão na vida dos trabalhadores ou da própria entidade.
- e) Em relação às demais entidades que também respondem pelos interesses da classe trabalhadora, a Democracia também se exerce no saber agir em conjunto com as demais

entidades que atuam na defesa dos interesses dos trabalhadores. O caudilhismo é uma herança histórica do Sindicalismo e deve ser superada se quisermos construir um sindicalismo verdadeiramente ético.

A Organização Sindical de Trabalhadores é democrática quando reconhece e afirma que a força e o poder do Movimento reside nos próprios trabalhadores controlando e dirigindo com poder de decisão e de gestão.

É democrática também quando luta para que a sociedade política global se implante e se desenvolva na democracia política, econômica e social como a melhor forma possível de conviver.

A democracia na Organização Sindical de Trabalhadores significa o funcionamento regular e sistemático dos órgãos máximos de participação, decisão e condução.

A democracia no Movimento dos Trabalhadores é a eleição livre, por voto direto e secreto, de todos os dirigentes, em todos os níveis da Organização.

A democracia sindical é a consulta sistemática, contínua e permanente às bases, particularmente nas mobilizações e ações de massa e naqueles momentos culminantes da vida da Organização, tais como acordos ou dissídios coletivos, data base, reforma de Estatutos, eleição de dirigentes, etc..

Democracia sindical é, finalmente, disciplina e o acatamento das minorias às resoluções tomadas pelas majorias, com o devido respeito às minorias vencidas, porquanto representam um segmento do conjunto dos trabalhadores representados.

Neste sentido, vencedores e vencidos, minorias e majorias, tendências hegemônicas ou não devem se conceber e se sentir como parceiros da mesma causa, ainda que defendam formas diferentes de se atingir os objetivos comuns.

**ELEIÇÕES DIRETAS COMO FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA**

A CSA - Corrente Sindical Autônoma para ver o fortalecimento e o engrandecimento da democracia, propõe para que as próximas eleições para escolha da diretoria da Federação dos Bancários do Estado do Rio Grande do Sul sejam realizadas pelo voto direto de todos os bancários do Estado.

f) A AUTONOMIA:

O Movimento Sindical de Trabalhadores deve ser autônomo, porque deve ser capaz de elaborar sua própria doutrina, (princípios e valores); sua ideologia, (projeto político-histórico); sua estratégia, suas táticas, seus planos e programas de trabalho.

A autonomia do Movimento Sindical de Trabalhadores é condição fundamental para que a classe trabalhadora possa ser, através de suas organizações naturais de classe, o "sujeito histórico, o protagonista" nas tarefas de libertação, de mudar a sociedade e construir uma sociedade realmente democrática.

Estreitamente ligada à autonomia está a independência do Movimento Sindical de Trabalhadores.

Recusamos e combatemos o sindicalismo criado, estimulado e dirigido pelos patrões; o sindicalismo oficialista, aquele que só serve para plataforma de lançamento e/ou força de apoio a grupos no poder; o sindicalismo que exige uma determinada confissão religiosa para pertencer ao mesmo; o sindicalismo partidário, aquele que só é correia de transmissão de decisões tomadas nos Partidos Políticos, sem levar em conta, nem respeitar as decisões e a vontade das bases do movimento sindical.

Deve sim, ser um movimento político, não porque dependa dos partidos, mas porque intervem em todos os planos e níveis da sociedade política onde estão em jogo os interesses e valores da classe trabalhadora, seja para defendê-los ou seja para promovê-los.

g) A UNIDADE:

O Movimento Sindical de Trabalhadores tem maior eficácia quanto maior for a sua unidade em torno de valores e de ação.

A unidade de organizações da classe trabalhadora é um processo que, reconhecendo como ponto de partida o fato do pluralismo ideológico e orgânico, se esforça por aglutinar de forma solidária as distintas tendências que atuam no interior do Movimento para tratar de conquistar objetivos comuns.

Acreditamos que a unidade é ao mesmo tempo um meio e um valor.

Um meio para ser mais forte a fim de lograr os objetivos e reivindicações comuns e um valor enquanto identidade em torno de objetivos estratégicos comuns.

A unidade do Movimento Sindical de Trabalhadores tem duas dimensões:

- h) Uma dimensão ORGANIZATIVA, que consiste em unir, em juntar, em relacionar, trabalhadores e organizações seja de forma circunstancial ou de forma permanente: Desorganização e divisão são as duas grandes facetas vulneráveis das organizações sindicais brasileiras.
- i) Uma dimensão de AÇÃO, que consiste em utilizar, em empregar a força e o poder que se deriva da organização e da união para a conquista e/ou defesa das reivindicações fundamentais da classe.

O Diálogo é o principal meio que temos para encontrar e detectar interesses e pontos comuns que permitam nossa unidade.

O diálogo passa a ser difícil quando as palavras, as idéias e as posições, tem significados diversos.

O diálogo supõe, fundamentalmente, assumir a posição do outro, para poder entendê-lo melhor.

Depois do diálogo, a unidade de ação é o mais factível na atual conjuntura do Movimento Sindical de Trabalhadores.

Consideramos que a unidade de ação é o cerne do valor em questão. Chegar ou não a uma unidade orgânica depende muito mais de fatores conjunturais, próprios da natureza humana e da dinamicidade dos fatos, mas jamais podemos admitir que a falta de unidade orgânica nos coloque em pólos opostos uma vez que devemos nos identificar como "parceiros" perseguindo os mesmos objetivos.

Há que se considerar adversários os que pensam formas e estratégias diferentes, nunca inimigos: nosso inimigo comum não é o outro segmento de trabalhadores que não concorda com nossas táticas e programas de trabalho.

#### j) A SOLIDARIEDADE:

Um Sindicato não é uma entidade isolada, mas deve interagir com uma série de outras entidades que contribuem para o mesmo fim último: a justiça social mediante melhores condições de vida para os trabalhadores.

Esta solidariedade vai desde a colaboração nas lutas das demais entidades, quando esta luta contribui para o fim último já citado, até o compromisso de colaborar quando há dificuldades políticas e financeiras.

Cada Sindicato deve avaliar com que intensidade e qual a extensão dessa solidariedade.

O fundamental é que o Sindicato não assuma a postura de tartaruga, "entocada" em seu próprio casco.

Algumas instâncias merecem menção especial em termos de solidariedade:

- a) Outros Sindicatos da mesma categoria, a nível local, nacional e até mesmo internacional.
- b) Sindicatos parceiros nas principais lutas, quando é necessário demonstrar força de pressão.
- c) Entidades não-sindicais que também defendem interesses da classe trabalhadora.
- d) Entidades de luta internacional, especialmente latino americanas.
- e) Setores ou grupos que lutam por conquistas estratégicas específicas, tais como:
- f) Questões de gênero (Mulher).
- g) Questões étnicas (Negros, Migrantes...).
- h) Questões etárias (Crianças, Velhos...).
- i) Portadores de deficiência.
- j) Questões de moradia, etc

A solidariedade é uma atitude do espírito e do coração que faz com que os trabalhadores se sintam unidos em uma mesma causa e ligados a um mesmo destino histórico.

A solidariedade no Movimento Sindical de Trabalhadores significa que cada trabalhador e todos os trabalhadores se sintam provenientes de uma mesma origem, comprometidos com uma mesma causa e voltados para um mesmo fim; que cada trabalhador e todos os trabalhadores sintam que os problemas dos demais trabalhadores são seus problemas, que os fracassos dos demais trabalhadores são seus fracassos, e que as vitórias dos demais trabalhadores são suas vitórias.

A solidariedade de Classe Trabalhadora faz com que os trabalhadores percebam que o destino de cada um está ligado fatal e inexoravelmente ao destino de todos os trabalhadores.

Que os trabalhadores sabem que a possibilidade de sua promoção pessoal e coletiva depende de que se reconheçam a si mesmos como irmãos e como companheiros de luta nacional regional e mundial.

A unidade sem solidariedade vale muito pouco.

É preciso promover e desenvolver a solidariedade, ainda que não exista unidade orgânica.

ASSINAM ESTA TESE:

LUIZ CARLOS DOS SANTOS BARBOSA	- Diretor FEEB/RS
ELOISA FERNANDES BESSA	- Meridional – RG
VARLEN CAROLINO CORREA OBELAR	- Banrisul - RG
EUNICE PIRES DE LIMA	- Meridional – RG
JOSÉ NELSON FACHINI	- Diretor Seeb – Erechim
JACÓ JACOBI NIEDERLE	- Diretor Seeb – Soledade
ELIUR TATIN ORTIZ	- Presidente Seeb - Soledade
ROSANE TEICHMANN	- Tesoureira Seeb – Soledade
CESAR DARDE DOVAL	- Presidente Seeb – Uruguaiana
GILMAR DOS REIS SOUZA	- Secretário Seeb – Uruguaiana
IEDA BERENICE PIO DE ALMEIDA	- Tesoureira seeb – Uruguaiana
MAURÍCIO FÉLIX BLANCO	- Diretor Seeb – Uruguaiana
GILBERTO RENE DE SOUZA	- Presidente Seeb – São Leopoldo
FABIANO DA ROSA HAUBERT	- Diretor Seeb – São Leopoldo
JOÃO ERNO REIS DE OLIVEIRA	- Diretor Seeb – São Leopoldo
BARTIRA FERREIRA DE FERREIRA	- Presidente Seeb – Rio Pardo
ADALBERTO LUIS SOMAVILLA	- Diretor Seeb – Rio Pardo
DIONÍSIO FRANCISCO FILHO	- Diretor Seeb – Rio Pardo
ROMEU MAIER	- Diretor Seeb – Rio Pardo
FRANCISCO GUERREIRA	- Diretor Seeb – Rio Pardo
JORGE RICARDO PIRES	- Diretor Seeb – Rio Pardo
LUIZ CARLOS FAVARETTO	- Diretor Seeb - B. Gonçalves
CLEIMAR BACCA	- Presidente Seeb - B. Gonçalves
VALDIR JOSÉ BUSSOLOTO	- Diretor Seeb – B. Gonçalves
VALDIR PAESE	- Diretor Seeb – B. Gonçalves
MARCO ANTÔNIO CARRARO	- Diretor Seeb- B. Gonçalves
ORIVAL VALIATI	- Diretor Seeb- B. Gonçalves
CLAUDIR ROBERTO LAZZAROTTO	- Diretor Seeb – N. Prata
JOSÉ DE LIMA VEIGA	- Diretor Seeb- N. Prata
GERALDO RIGO	- Diretor Seeb – N. Prata
LAIRTON FRISON	- Diretor Seeb – N. Prata
PEDRO CASTEGNARO	- Diretor Seeb – N. Prata
MARILDE FERNANDES DE MATOS	- Diretor Seeb – N. Prata
EDI MARIA MACHADO	- Diretor Seeb – N. Prata
JORGE ANTÔNIO PIANO	- Diretor Seeb – N. Prata
VICTOR RODRIGUES VIANA	- Presidente - Seeb - N. Prata
JOÃO CARLOS BIDESE	- Diretor Seeb - N.Prata
GABRIEL LUIS CHERUBINI	- Diretor Seeb - N.Prata
CARMEN DALL AGNOLL	- Diretor Seeb - N.Prata
JÚLIO LINS	- Diretor Seeb - N.Prata
HOMERO RAIMUNDO NEDEL	- Diretor Seeb - N.Prata
EDROALDO DA COSTA	- Diretor Seeb - N.Prata
REINALDO DE OLIVEIRA VARGAS	- Diretor Seeb-Cachoeira do Sul
JOSÉ WILSON	- Diretor Seeb - Cachoeira do Sul

EDUARDO GILBERTO ZIMMER	- Delegado Sindical - Banrisul- Cachoeira do Sul
REGIS TATSCH KILIAN	- Diretor Seeb - Cachoeira do Sul
GERSON ELIAS	- Diretor Seeb - Cachoeira do Sul
LUIZ CARLOS P. Schauenberg	- Diretor Seeb - Cachoeira do Sul
EMILSON BITENCOURT	- Diretor Seeb - Lajeado
EDSON LUIZ KOBER	- Secretário Seeb- Lajeado
FLAVIO MIGUEL JOHANN	- Diretor Seeb- Lajeado
EDSON ANTÔNIO LEINDENS	- Diretor Seeb- Lajeado
GUNTER ROCHEMBACH	- Diretor Seeb- Lajeado
NEUZA MARIA SCHNOR	- Diretor - Seeb- Lajeado
IRANI MACHADO RIBEIRO	- Aposentada BB Lajeado
ELACI MARIA TOGNI	- Base BB Seeb- Lajeado
ADRIANO MACHADO	- Base Banrisul Seeb-Lajeado
CRISTINE CÉ	- Diretora Seeb Lajeado
PEDRO JUSTINO INCERTI	- Diretor Seeb- Caxias do Sul
VILMAR JOSÉ CASTANHA	- Diretor Seeb- Caxias do Sul
GELSON FERNANDO MARCON	- Diretor Seeb- Caxias do Sul
ARIOVALDO ADÃO FILIPPI	- Diretor Seeb- Caxias do Sul
DALVA OLIVEIRA	- Base Banrisul-RG
MARIA HELENA MARTINS	- Base Banrisul RG

**Organizar os bancários para resistir aos ataques contra os direitos dos trabalhadores anunciados pelo governo Lula!**

**Teses para o 9º Congresso da Federação dos Bancários do Rio Grande do Sul - FEEB/RS**

**Introdução**

O Congresso da FEEB/RS acontece em um momento especial, tanto no cenário internacional, como em nosso país e estado.

Uma boa compreensão da conjuntura, bem como um balanço sério das campanhas salariais, em especial da última, são decisivos para o rumo dos bancários em nosso estado e para definirmos qual Federação é necessária para as lutas da categoria.

Na América Latina e em várias partes do mundo, vemos o crescimento do sentimento antiimperialista. Esse importante estado de ânimo chegou ao coração do império como conseqüência do verdadeiro atoleiro em que está metido o exército americano no Iraque, fato determinante da fragorosa derrota de Bush nas recentes eleições congressuais. O fantasma de um novo Vietnã está cada dia mais próximo. As políticas belicistas, de degradação do meio ambiente e de opressão sobre os imigrantes, patrocinadas pelo governo americano, são alvos de oposição e mobilizações que contribuíram para levar Bush aos índices mais baixos de aprovação.

Por outro lado, a resistência da classe trabalhadora urbana e do campo, além das mobilizações juvenis, foi posta em marcha, também, contra os reflexos econômicos da política neoliberal, imposta no mundo todo pelos países ricos do G8 e o capital financeiro associado às grandes multinacionais.

Este quadro internacional marcado com a crise de Bush e seus aliados, como Tony Blair e o governo Israelense assim como o surgimento de verdadeiras insurreições populares, como aconteceram na França, na Bolívia, na Argentina, no Equador, na Venezuela, e, agora, no México (Oaxaca), merece nossa reflexão, pois têm conseqüências em nosso dia-a-dia. Contribui para as lutas em nosso país e no fortalecimento da resistência aos planos de ajuste contra os trabalhadores - marca dos governos submissos ao capital financeiro internacional.

No Brasil, após um enorme desgaste, Lula que foi obrigado a enfrentar um segundo turno, venceu as eleições.

Não temos dúvidas de que Lula era o predileto do imperialismo e do sistema financeiro. Alckmin também lhes seria favorável. Mas, Lula prestou um excelente serviço: elevou os lucros dos bancos aos maiores níveis da história, enviou, religiosamente, remessas ao exterior para pagar os juros da dívida, concedeu para o capital privado a exploração de importantes setores da economia através das PPPs, aprofundou a Reforma da Previdência exigida pelos "mercados" e aprovou a nova Lei de Falências, privilegiando ao sistema financeiro em detrimento dos direitos dos trabalhadores.

Nesta eleição, os candidatos do PT e do PSDB representavam, na verdade, duas faces de uma mesma moeda. A falta de diferenças de fato facilitou a reeleição de Lula.

No Rio Grande do Sul, teremos o início do mandato de Yeda Crusius, que promete governar em consonância com o Pacto pelo Rio Grande, conjunto de propostas de arrocho sobre o funcionalismo e cortes nos investimentos públicos, principalmente, em saúde, educação e outras áreas sensíveis à maioria da população. Tais propostas tiveram, na Assembléia, o apoio de todos os partido, do PP ao PT e PC do B.

Este Congresso estará marcado igualmente pela necessidade de discutirmos as campanhas salariais da categoria, em especial, lançar as bases para o ano que vem.

## Um debate necessário: privatistas x não privatistas?

O segundo turno das eleições foi marcado por um falso debate, promovido pela candidatura de Lula, e reproduzido no Estado por Olívio. Preocupados com o desgaste de seu governo federal e de seu partido, fato incontestável, tentaram polarizar lançando mão de uma falsa campanha, onde o que estaria em jogo seria a opção pelos privatistas e neoliberais (Alckmin e Yeda) e pelos "não-privatistas e antineoliberais" (Lula e Olívio). Este debate serviu como mais um pretexto para os dirigentes sindicais da CUT colocarem as campanhas salariais, como bancários e petroleiros, num segundo plano e priorizarem a disputa eleitoral.

Duas questões merecem ser debatidas: primeiro, se essa polarização tinha bases reais e, segundo, a submissão da CUT ao governo federal e as conseqüências disso para os trabalhadores.

Em relação à primeira questão, lembremos o ambiente em que se deu a primeira eleição de Lula: as bolsas caindo, o dólar indo para a estratosfera e a apreensão de parte dos banqueiros e do empresariado. Já, nesta eleição, não houve qualquer anomalia nos mercados, refletindo a confiança do capital financeiro e dos grandes empresários, além do próprio imperialismo, no candidato considerado favorito, Lula.

Aliás, em matéria intitulada "Sob Lula, Bovespa tem quatro anos de alta", publicada no site da Folha de São Paulo de 20/11, foi informado: "A Bovespa caminha para encerrar o primeiro mandato do presidente Lula com quatro anos seguidos de valorização. Do fim de 2002 até agora, acumula alta superior a 260%. Durante os dois governos de FHC, a Bovespa alternou anos de altas e de baixas. Foram dois anos de valorização e dois de perdas no primeiro mandato de FHC - totalizando ganhos de 55,85%. No período do segundo mandato tucano, a Bolsa subiu apenas em 99, e caiu nos outros 03 anos, totalizando valorização de 66,10%." **É preciso registrar que a maior parte dos capitais que circulam na bolsa brasileira são de caráter especulativo. Hoje, isentos, por benesse de Lula, da CPMF. (comentário nosso)**

Outra informação é quanto aos financiadores das campanhas eleitorais. Na reportagem publicada pela FSP, em 27/02/2006, com título "Doação de bancos a PT cresceu cerca de 1.000% desde 2002", lemos: "Os bancos, que sob a política econômica do governo Luiz Inácio Lula da Silva bateram novos recordes de lucro, se tornaram os principais doadores do PT. Entre 2002 e 2004, aumentaram em cerca de 1.000% suas doações aos caixas do PT nacional e do estadual de São Paulo. No período, elas saltaram de R\$ 520 mil para R\$ 5,7 milhões". A mesma matéria ainda afirma: "Em 2004, a campanha eleitoral do PT também recebeu a maior quantia dos bancos. As instituições doaram R\$ 7,9 milhões ao partido, divididos entre candidatos em todo o país e os dois maiores diretórios. O valor é quase o dobro dos R\$ 4,1 milhões doados para a campanha do PSDB".

Tamanho apoio financeiro dos banqueiros privados deve-se à certeza da aplicação pelo governo das medidas privatistas e neoliberais. Que o digam os bancários, já que foi o governo do PT e de Lula quem prosseguiu a obra da privatização dos bancos estaduais, com a entrega dos bancos do Ceará e do Maranhão, federalizados por FHC. Sem uma palavra ou chamado à mobilização por parte dos sindicalistas oficiais da CNB, atual Contraf/CUT.

Além disso, queremos debater com os bancários sobre qual a política que Lula vem aplicando nas estatais federais. É de fortalecimento enquanto empresas públicas, ou, pelo contrário, da sua transformação em empresas cada vez mais adaptadas ao "mercado"? Notícia publicada no site do Sindicato dos Bancários de POA, em 06/06/2006, com título "SindBancários contesta venda de ações do BB" diz: "Um decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, publicado no dia 1º de junho no "Diário Oficial da União", autorizou o aumento da participação dos estrangeiros no capital do Banco de 5,6% para 12,5% do total. Essa medida aumenta a possibilidade de investidores externos participarem da oferta pública de ações, e aumenta o interesse pelos papéis, o que certamente deverá refletir no preço das ações. Também no dia 1º deste mês, o ministro Guido Mantega autorizou o BB a assinar o contrato de adesão ao Novo Mercado da Bovespa, segmento diferenciado que exige práticas de boa governança e do qual só podem participar empresas com ações ordinárias. Além disso, para aderir ao Novo Mercado é preciso ter pelo menos 25% do capital pulverizado no mercado. Isso daria ao BB a condição exigida para operar na bolsa de Nova Iorque. O prazo para atingir este percentual é de três anos." Ainda na mesma matéria, "O Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região na defesa do BB como banco público, entende que a

*venda de ações submete o banco às leis do mercado, perdendo, assim, a sua função.”.*

Outro exemplo que reforça o engodo desta polarização entre privatistas e não privatistas foi a recente aprovação por consenso no Senado Federal do “Marco Regulatório do Saneamento”, fruto de um grande acordo que envolveu a Câmara e o Senado, com a participação de Aldo Rabelo (PC do B), Presidente da Câmara, do Presidente do Congresso, Renan Calheiros (PMDB), Presidente do Senado, e do Ministro das Cidades, Márcio Fortes. Este “Marco Regulatório” coroa um debate de mais de 20 anos e dá garantias legais para empresa privadas investirem no saneamento. Em matéria do site do Senado, em 15/11/2006, Renan Calheiros diz: *“Acredito que a sociedade vem perdendo o preconceito contra a concessão de serviços a empresas privadas. O setor de telefonia, por exemplo, passou por avanços inegáveis, as estradas privatizadas apresentam qualidade de primeiro mundo. Para que todos os brasileiros tenham acesso ao saneamento básico, é preciso um investimento de mais de R\$ 200 bilhões ao longo de 20 anos. Estados e municípios não podem arcar com tal despesa”.* Na mesma matéria, à pergunta sobre as garantias das empresas privadas, responde: *“A garantia é automática, faz parte da lei. É o que chamamos segurança jurídica. O concessionário terá direitos legais, garantidos por contrato. A quebra unilateral de contrato será possível apenas se houver uma evidente má qualidade na prestação dos serviços, ou abusos sistemáticos em prejuízo do cidadão.”*

Ou seja, é uma processo de privatização idêntico ao feito por FHC e por Britto em vários setores como telefonia, estradas, etc., com a criação das agências reguladoras, que serviram apenas garantir altos lucros aos empresários, fechando os olhos para as tarifas abusivas e a má qualidade dos serviços.

O sociólogo Ricardo Antunes, da UNICAMP, deu a seguinte declaração, que, em nossa opinião, resume esse debate: *“Fala-se que [o governo Lula] não vai privatizar. Mas o que são as PPPs? Esta foi uma criação feita nos anos 1980, pelo governo de Margareth Thatcher, na Inglaterra! O mais puro neoliberalismo. Lula não privatizou grandes empresas porque estas foram vendidas no governo FHC. Mas fez todas as reformas que FHC não conseguiu, sendo a privatização da previdência e taxaço dos aposentados em primeiro lugar.”* Agora, já anunciou a venda de mais de 300 jazidas de minérios, além da venda, levada a cabo, da exploração das bacias petrolíferas, e do loteamento da Amazônia para empresas nacionais e estrangeiras. (comentário nosso)

No RS, não tem sido diferente. São duas prefeituras do PT, de Santa Maria e de Gravataí, que estão na vanguarda da entrega das folhas de pagamento dos municípios para bancos privados. É bom lembrar também que no governo de Olívio Dutra foi arrancada parte do Banrisul, justamente a de financiamentos de longo prazo, para criar a Agência de Fomento, um projeto que fazia parte dos planos de Antonio Britto, para facilitar a privatização do Banrisul. Outro fato mais recente ainda foi a aprovação, com votação consensual que uniu PT, Pcdob, PSDB, PFL, PPS, PDT e PTB na Assembléia Legislativa do chamado “ Pacto pelo Rio Grande” com conteúdo claramente neoliberal, de encolhimento do papel do Estado, no qual Yeda se apóia para sinalizar com veto ao reajuste salarial dos servidores.

Como podemos concluir, as políticas privatistas e neoliberais são a coluna vertebral dos projetos de governo dos dois lados que se enfrentaram no segundo turno das eleições. Isso tornou ainda mais grave o erro da CUT de atrelamento ao governo federal.

A Oposição Bancária defende, neste Congresso, uma resolução clara, que diga que a Federação deve ser contra todas as políticas privatistas e neoliberais e deve denunciar da mesma forma todos os governos e partidos responsáveis por elas. Isso significa denunciar igualmente os dois blocos políticos, de um lado a Frente Popular de Lula (PT, PC do B, PSB) e de outro o bloco de Alkmim (PSDB, PFL), ambos como neoliberais, privatistas, financiados pelos banqueiros, agentes do capital monopolista parasitário. Portanto, inimigos dos trabalhadores. Denunciamos, igualmente, o braço sindical do neo-liberalismo, a direção da CUT e a Força Sindical, cabendo à primeira o inglorioso papel de regente dessa orquestra entre os trabalhadores.

## **Organizar a resistência contra as Reformas Previdenciária e Trabalhista**

## **A reforma trabalhista já começou**

Em recente entrevista na Folha de São Paulo, falando sobre o que deveria ser feito para o Brasil crescer 4% em 2007, o Presidente da FEBRABAN e do BRADESCO, Márcio Cypriano, disse: *"O ajuste fiscal tem de ser feito, mas não só isso. "O governo tem de avançar nas reformas da previdência, trabalhista e sindical".*

A reforma trabalhista, com o silêncio cúmplice da CUT, já começou, com a aprovação do Super Simples.

O Super Simples abre um grave precedente ao possibilitar a flexibilização dos direitos dos trabalhadores das pequenas empresas, o que abrange a maioria dos trabalhadores com carteira assinada no Brasil.

De acordo com o artigo 51 do Capítulo VI do Projeto de Lei, a empresa que aderir ao plano fica desobrigada da "anotação das férias dos empregados nos respectivos livros ou fichas de registro". A lei isenta o empresário da contribuição à Previdência dos funcionários. No entanto, um dos piores ataques aos direitos dos trabalhadores é o que está sendo chamado de "flexibilização da fiscalização".

Todo o capítulo VII da Lei apresentou o conceito de "fiscalização orientadora". Ou seja, a fiscalização deixa de ter o caráter repressivo, portanto de cumprimento obrigatório e compulsivo, mas passa ao de mera "orientação".

Como afirma o artigo 55, "a fiscalização, no que se refere aos aspectos trabalhistas, metrológicos, sanitários, ambientais e de segurança, das microempresas e empresas de pequeno porte deverá ter natureza prioritariamente orientadora". Ou seja, o empresário fica totalmente livre para pisar nas mínimas condições de segurança, higiene e direitos de seus empregados, já que não será punido.

O segundo parágrafo do artigo afirma que "caso seja constatada alguma irregularidade na primeira visita do agente público, o mesmo formalizará Notificação de Orientação para Cumprimento de Dispositivo Legal (...) devendo sempre conter a respectiva orientação e plano negociado com o responsável pela microempresa ou empresa de pequeno porte".

Isso significa que, caso um auditor fiscal dê flagrante em alguma irregularidade com relação à situação trabalhista dos funcionários, ele estará impedido de autuá-la. Mais que isso, o auditor é obrigado pela lei a negociar os direitos com o patrão. Dessa forma, são solapadas as garantias dos trabalhadores.

## **A PROPOSTA DE REFORMA TRABALHISTA EM PREPARAÇÃO PELO GOVERNO FEDERAL**

Durante as eleições, os candidatos se revezam nas juras de que não iriam mexer na previdência pública e menos ainda atacar os direitos dos trabalhadores. Ao contrário, Lula usou a influência dos dirigentes sindicais cutistas para, no segundo turno, semear a ilusão de seu próximo mandato iria cumprir promessas às quais deu as costas em seu primeiro governo. O PSDB de Alckmin foi, junto com Collor, a matriz das políticas de reformas neoliberais em nosso país. Não há que perder tempo com explicações sobre a natureza do projeto defendido por esses senhores.

Já Lula é a filial que foi, de 2003 a 2006, mais eficiente que a matriz. Realizou uma reforma previdenciária do setor público, retirando direitos do funcionalismo e taxando aos inativos, que nem o PSDB havia conseguido fazer. Tentou aprovar uma abrangente reforma sindical e trabalhista ainda em seu primeiro mandato. Não é sem razão que notórios representantes do *establishment* do nosso país tenham insistido em declarar recentemente (como o fez Delfim Neto, agora conselheiro do presidente reeleito e de seu partido, o PT) de

que "Lula é o presidente mais indicado para fazer a reforma trabalhista no Brasil, pelas suas relações com os movimentos sociais".

A partir destas considerações gerais e das declarações e notícias fartas na imprensa, queremos discutir neste texto uma proposta concreta de reforma trabalhista que está apresentada no Capítulo 4, do livro publicado este ano pelo IPEA - "Brasil: o estado de uma nação". O IPEA é órgão do governo federal, subordinado ao Ministério do Planejamento.

## OS PRESSUPOSTOS

Nas cerca de 70 páginas deste capítulo, o texto faz uma longa análise da influência do que ele chama de "instituições do mercado de trabalho" (leis trabalhistas, leis previdenciárias, negociação coletiva e procedimentos da justiça do trabalho) na inadequação das empresas para manter competitividade e disputar mercado para seus produtos na nova realidade da economia do mundo contemporâneo. O texto aborda aqueles que seriam os "*principais efeitos da legislação trabalhista sobre o desempenho do mercado de trabalho e o desempenho econômico de modo geral*":

a) os "problemas" relacionados no texto começam pela previdência social... "*O crescimento do sistema de seguridade social (seguro desemprego, seguro saúde e aposentadoria) induz à redução da taxa de poupança da economia e, com isso, do potencial de crescimento econômico...*" (IPEA – Brasil: o estado de uma nação, capítulo 4, pg. 243, grifo nosso), indicando claramente que a reforma trabalhista e da previdência são vistas pelo governo como parte de um mesmo conjunto;

b) segue, atacando o FGTS "... *O trabalhador que recebe o benefício rescisório e o seguro desemprego tem menos incentivos para procurar outro emprego ou aceitar outros tipos de emprego...o que eleva a taxa e a duração do desemprego...*" (idem, pg. 243). Em outra passagem, o texto volta à carga contra os "benefícios rescisórios", chegando a dizer que "...*o número de empregos poderia crescer em três milhões se fosse zerado o custo de demissão*" (idem, pg. 275).

c) defendendo mais precarização... "*As restrições à demissão e à contratação de trabalhadores em regime de emprego temporário... teria elevada capacidade explicativa de menor geração de empregos, do aumento do desemprego...*" (idem, pgs. 244 e 245).

d) menos direitos trabalhistas... "*As várias regras do contrato individual (benefícios rescisórios, custo das horas extras, bonificações legais como o décimo terceiro salário), negociações coletivas acima do nível da empresa (nacionais ou setoriais), bem como a ação de árbitros ou da Justiça do Trabalho...reduzem a flexibilidade das empresas...cai a taxa de crescimento da economia, do emprego e da renda do trabalho*" (idem, pg. 245, grifo nosso). Note-se que, além de atacar os direitos trabalhistas, o texto afirma que qualquer negociação, que não seja negociação por empresa, é prejudicial à empresa. Em outra passagem (pg. 238) esta idéia está mais clara.

e) chega ao salário mínimo... "*Quanto mais abrangente a cobertura do salário mínimo, maior a probabilidade de que certos grupos de trabalhadores... não se habilitem a concorrer a vagas no mercado formal...*" (idem, pg. 245). Aqui o texto aborda a idéia, presente em várias outras passagens (pgs. 271/272 e 297), de que é preciso reduzir o valor real do salário mínimo, além de promover ampla desvinculação de seu valor em relação ao pagamento de outros benefícios sociais.

f) e aos "encargos" sobre os salários... "*Quanto maior a cunha fiscal sobre o salário – definida como a diferença entre o custo salarial e o salário que vai para o bolso do trabalhador – menor o incentivo das empresas para utilizar tecnologias intensivas de mão de obra...tendem a reduzir a criação de empregos e aumentar a informalidade*" (idem, pg. 245). Em outra passagem o texto aborda esta mesma questão com outro enfoque, alegando que estes "encargos" sobre os salários seriam uma das razões pela qual o salário é baixo e que, a sua eliminação levaria a ganhos ao trabalhador.

Apoiado nessas premissas, o texto aponta quatro obstáculos à flexibilidade das empresas. O primeiro é o art. 7º da Constituição Federal (que teria adicionado novos direitos e aumentado outros já existentes, tais como a multa rescisória em caso de demissão sem justa causa, ampliação da licença maternidade, da licença paternidade, redução da jornada de trabalho para 44 h semanais, abono de férias, hora extra a 50%, e criado outros, como a PLR e jornada de 6 h para turno ininterrupto).

O segundo é o art. 8º da Constituição, que "*tornou a organização sindical mais livre, reduzindo as restrições quanto às bases de categorias e territoriais, além de tornar mais fácil o seu registro junto aos órgãos do governo*". O terceiro é o art.114 da Constituição, que trata do papel da Justiça do Trabalho.

E o quarto obstáculo estaria na CLT, razão pela qual propõe uma ampla "limpeza" nos direitos ali previstos. Neste ponto, o texto chega a questionar o "*... grau de ingerência da lei sobre os contratos coletivos e desses sobre os contratos individuais, o que implica uma enorme uniformidade das condições de remuneração...*". Ou seja, além de questionar os contratos coletivos por setor ou categoria em defesa do contrato por empresa, questiona-se o próprio contrato coletivo, em favor do contrato individual.

## **AS PROPOSTAS**

Ao final, o texto apresenta quatro propostas para uma reforma das "instituições do mercado de trabalho":

1 - evitar a valorização real do salário mínimo e desvincular o valor dos benefícios sociais do valor do salário mínimo (aposentadoria e outros);

2 - restringir o acesso do trabalhador ao FGTS, transformando pelo menos parte dele em fundo previdenciário resgatável apenas na aposentadoria. Reduzir a 10% ou 15% a multa paga pela empresa em caso de demissão sem justa causa, sendo que a maior parte (2/3 ou 3/4) seria revertida ao governo para reforço do seguro desemprego, ao invés de ser paga ao trabalhador;

3- limpeza da CLT, singelamente chamada de "simplificação"... "*mantendo-se o estritamente necessário para preservar a saúde do trabalhador com a preservação dos direitos básicos definidos no art. 7º da Constituição Federal*" (idem, pg. 298, grifo nosso). O que mesmo seria o "básico" do art. 7º da Constituição?

4 - mudanças nos procedimentos da Justiça do Trabalho, no que diz respeito aos julgamentos de dissídios individuais e coletivos. O texto não chega a entrar em detalhes nesta questão, a não ser a defesa de restrições ao poder normativo da justiça do trabalho e de mudanças no rito processual do dissídio individual.

## **A Reforma Previdenciária**

As mudanças propostas na **Previdência Social** aparecem com mais clareza no texto "Uma agenda macroeconômica para 2007" (publicado pelo IPEA em seu Boletim de Conjuntura de setembro de 2006). Esse texto conclui:

"Para isso, propõe-se que o governo envie ao Congresso Nacional, no começo de 2007, uma proposta de reforma previdenciária que contemple o seguintes elementos:

- a desvinculação entre o piso previdenciário e o Salário Mínimo;
- a explicitação na Constituição de que todas as aposentadorias – incluindo o piso – serão

corrigidas por um índice de preços a ser definido em lei, eliminando a fonte de pressão sistemática desde 1994 pelo aumento do valor real das aposentadorias e igualando o Brasil à grande maioria dos países do mundo onde a remuneração dos aposentados, na melhor das hipóteses, acompanha a inflação, porém sem aumentos reais ;

- a adoção por parte do INSS, a partir de 2010, do princípio da idade mínima de 55 anos para as mulheres e 60 anos para os homens, já existente no regime dos servidores públicos.”

Este conjunto de medidas vem com o discurso do desentrelaçamento da economia e do custo Brasil para o crescimento e a geração de empregos. Nada se diz dos bilhões de dólares que são pagos anualmente aos bancos por juros da dívida, o que faz do Brasil o paraíso do sistema financeiro. De outro lado, em nenhum país onde foi aplicado esse conjunto de políticas que arrocham sobre a classe trabalhadora com o objetivo de aumentar o lucro das empresas capitalistas, surgiu uma onda de crescimento do emprego. O que se vê é, junto com a flexibilização de direitos que protegem ao trabalho, outra face da mesma moeda, a produtividade com a redução de postos. Tornou-se o desemprego, juntamente com a precarização da presença do Estado na vida da maioria da sociedade, uma das pragas do neoliberalismo. Tal é o programa do segundo mandato Lula.

### **Propostas para organizar a luta contra as Reformas Trabalhista e Previdenciária**

1) A Oposição Bancária chama à Federação dos Bancários a integrar-se na preparação do Encontro Nacional contra estas reformas, que está previsto para março/2007. A realização deste Encontro foi aprovado no Seminário promovido pela CONLUTAS em outubro/2006 e irá chamar a participarem do mesmo todas as entidades que estejam dispostas a elaborar um calendário de mobilização contra os planos do governo de tirar direitos dos trabalhadores.

2) A Feeb/RS deve organizar, para breve, um Seminário sobre as reformas aberto a participação de dirigentes e delegados sindicais.

### **Campanha Salarial de 2006: é necessária uma nova direção sindical!**

A categoria bancária, nos últimos 03 anos, tem dado demonstração clara de indignação com os baixos salários e as condições de trabalho, apresentando sua disposição de luta. Foram greves fortes, com o BB e CAIXA na vanguarda, que saíram inclusive contra a vontade da direção do Sindicato de São Paulo, filiado à Contraf/CUT, e do setor majoritário das direções sindicais bancárias por todo o país.

A direção sindical da categoria, representada pela CONTRAF/ CUT, que é maioria no Comando Nacional e que tem como corrente hegemônica a Articulação Sindical (presente como maioria na direção nacional da CUT), tem insistido em políticas de colaboração com os banqueiros e com o governo, que podemos chamar de verdadeira traição à categoria.

Uma primeira percepção clara disso começa pelos eixos publicitários utilizados nas campanhas salariais. Como todos sabemos, os banqueiros vêm tendo lucros recordes a cada ano que passa. Qualquer marqueteiro, por mais medíocre que fosse, chegaria à conclusão óbvia de que deveríamos explorar isso como centro das campanhas salariais para colocar os banqueiros na defensiva diante da população. Imaginem como traria simpatia da população uma campanha com chamadas em rádio e TV, *outdoors* e cartazes denunciando os enormes lucros dos banqueiros e, em paralelo, as perdas salariais que a categoria bancária teve desde o Plano Real. Por que uma coisa óbvia como esta deixou de ser feita? O máximo que é feito é a divulgação desses lucros em materiais direcionados à própria categoria ou em cartas abertas que na maioria das vezes acabam ficando dentro dos próprios sindicatos. A falta de denúncia pública do lucro dos banqueiros, não temos dúvida, é uma deliberação consciente da direção da CONTRAF/CUT, provocada pela relação promíscua existente hoje entre banqueiros, o governo federal e dirigentes sindicais tais como Berzoíni, Delúbio e Lorenzetti (do dossiê), que continuam sendo quem dá as tintas na Articulação Sindical e por conseqüência na CUT. Uma campanha tal como estamos propondo certamente não teria a simpatia dos banqueiros que por conseqüência passariam a pensar duas vezes antes de dar

gordos recursos para as campanhas eleitorais do PT. Não é por acaso que o BRADESCO continua administrando o Banco do Povo, dentro dos Correios e agora irá começar a se utilizar dos terminais de auto-atendimento do BB e da CAIXA.

Uma segunda percepção clara desta traição, nefasta aos interesses dos bancários, é a insistência na política da mesa única para a negociação da pauta econômica. Imaginemos a hipótese de Serra como Presidente e a proposta de que os bancários do BB e CAIXA entrassem em greve, mas que a negociação do reajuste salarial fosse feita com a FENABAN, e não com as direções dos dois bancos federais, e, ainda, numa situação em que não houvesse greve em bancos privados. Quem propusesse isso seria, no mínimo, taxado de privatista, pois certamente os banqueiros da FENABAN não teriam nenhuma preocupação em acabar com esta greve, pois enquanto o BB e a CAIXA estivessem em greve, seus bancos estariam buscando ganhar os clientes destes bancos. Agora, o presidente é Lula, e não Serra, e a política da CUT e da Articulação Bancária tem sido esta. Além do que, a pressão direcionada ao governo poderia, em ano eleitoral, obter êxito e estimular aos bancários para a luta salarial, fortalecendo as campanhas pelo país afora e questionando um dos pilares fundamentais da atual política econômica, de banqueiros e governo: o arrocho.

Poderíamos arrolar ainda uma série de fatos que demonstram que atual direção não serve para nossa categoria, como as pautas de reivindicação rebaixadas, um desestímulo para a luta. Pede-se 7% de reajuste quando a categoria tem perdas da ordem de 100%. Deixa-se para negociar a anistia dos dias parados depois que a greve se encerra, para fazer com que a categoria tenha que compensar, buscando desmoralizar ao movimento. Enquanto isso, outras estatais federais como o SERPRO, que fez uma greve de 17 dias, neste ano, teve todos os dias anistiados.

Porém, a gota d'água, que fez a categoria se rebelar de norte a sul, aconteceu quando a CONTRAF/CUT decidiu ir empurrando com a barriga a campanha salarial para colocar uma possível greve somente para depois das eleições, e resguardar ao governo. A pauta foi entregue aos banqueiros em 10 de agosto e a primeira assembléia só foi chamada pelo Comando Nacional para o dia 25 de setembro, para deliberar sobre um indicativo de greve de 24 horas para o dia 26. E isso só aconteceu porque já havia ocorrido uma paralisação de 24 horas em Porto Alegre, dia 19/10, à revelia do Comando Nacional, e mais, o clima de indignação já estava colocado em todo o país. O desenrolar dos acontecimentos revelou que a maioria das bases sindicais foi entrando em greve antes da data fixada pelo Comando, de 06 de outubro. Em muitos casos a greve foi aprovada contra as direções sindicais, noutros lugares, como no Ceará e em São Paulo, os delegados sindicais chegaram a fazer abaixo assinado na categoria pedindo que o sindicato chamasse assembléia e isso era ignorado pelos dirigentes dos sindicatos.

O fato mais categórico, porém, que demonstra a falência do Comando hegemônico pela CONTRAF/CUT, foi a falta de orientação para as Assembléias com relação à proposta dos ínfimos 3,5%. Aliás, no Sindicato dos Bancários de São Paulo, principal sindicato de bancários do país, dirigido pela Articulação Sindical, após perder a votação desta proposta na Assembléia do BB e da CAIXA, a diretoria do sindicato desligou o som e retirou-se. A assembléia teve continuidade assim mesmo conduzida por delegados sindicais, sem utilização de som. No dia seguinte, o sindicato convocou uma Assembléia às pressas. Sem divulgar nos piquetes pela manhã, pagou van, táxi e estacionamento, para os gerentes do BB virem para a assembléia, somente assim conseguiram aprovar a proposta de 3,5 e encerrar a greve, numa clara demonstração da aliança da Articulação Sindical com a direção do Banco.

Diante disso, da necessidade de uma nova direção para a categoria bancária, a Oposição Bancária propõe a desfiliação da Federação da CONTRAF/CUT. Não reconhecemos àqueles que têm freado nossas lutas e feito o jogo dos banqueiros e governo como aptos a negociar e comandar nossas greves. Deve ser aberto um amplo debate na base, que culmine em um plebiscito na base dos sindicatos filiados à Federação, que decida pela continuidade ou não da filiação da Federação à CUT, que faz parte do governo Lula com Luis Marinho, ex-presidente dessa Central, co-responsável pelas negociações de leis e reformas que têm, uma após outra, ferido direitos dos trabalhadores.

Propomos ainda que a Federação busque imediatamente reunir com aquelas entidades e oposições sindicais que defendem uma nova direção para o movimento sindical bancário,

contrário aos desmandos e ao neopeleguismo da CONTRAF/CUT, para juntos, com os delegados sindicais da base, elaborar uma estratégia para a próxima campanha salarial. Essa estratégia passa pela abolição das "negociações paralelas", extra-oficiais, com banqueiros, às expensas das instâncias da categoria, onde os patrões coagem aos dirigentes á aceitação de suas propostas, bem como passa pela eleição em assembléias de nossos negociadores, tanto para a mesa da FENABAN como para as do BB e CEF. Para esta reunião propomos, igualmente, a luta pela implantação definitiva de comandos e mesas de negociações eleitas na base, e que, no início da campanha salarial de 2007, seja feito um plebiscito na base dos bancos federais, em todo o Brasil, onde os bancários decidam se querem que as reivindicações econômicas destes bancos continuem sendo negociadas na mesa da FENABAN ou se querem que sejam negociadas diretamente com as direções de BB e CAIXA, assim como já são negociadas as questões específicas.

## **Princípios e Programa para a Federação e o movimento sindical dos bancários**

Neste Congresso, será eleita a direção da Federação para os próximos 03 anos. A Oposição Bancária apresenta os princípios e eixos programáticos que devem nortear a Federação no próximo período.

Princípios:

### 1) Independência de governos

A Federação, assim como qualquer entidade sindical, deve defender os interesses da categoria bancária e dos trabalhadores com a mesma firmeza diante de qualquer governo. Infelizmente, não é isto que vemos hoje no movimento sindical, especialmente no de bancários, onde a maioria das entidades, a exemplo da CUT, é atrelada ao governo Lula. O princípio é a independência de classe dos trabalhadores em relação ao governo defensor dos patrões.

### 2) Autonomia em relação aos partidos políticos

Defendemos o direito democrático de filiação partidária. As entidades sindicais são de todos os trabalhadores, independentemente de sua opção partidária. Desenvolvemos nossa atividade difundindo a independência de classe frente aos patrões como um princípio não só na luta sindical, mas, também, na luta político-partidária. Entendemos que a Federação deve se relacionar com os partidos buscando o apoio às nossas lutas e reivindicações. Porém, todas as decisões que dizem respeito à entidade devem ser tomadas pelos membros da categoria, nos fóruns da entidade, tais como, reuniões de diretoria, plenárias e congressos.

### 3) Democracia sindical

As Federações, assim como qualquer entidade sindical, é um organismo de classe, onde todos os trabalhadores devem poder expressar sua opinião. As instâncias e meios de comunicação da Federação devem permitir o exercício da democracia e a expressão do contraditório. O princípio da democracia dos trabalhadores é a soberania das bases. Principalmente, das assembléias e da organização por local de trabalho, com poder deliberativo. A Federação deverá estimular, nos sindicatos de sua base, as comissões permanentes por agências, banco, etc., apoiando sua incorporação na estrutura sindical.

### 4) Pelo fim dos cargos sindicais remunerados

Os mandatos de representação sindical, sejam de diretores de sindicato, federações ou confederações, ou de delegados sindicais, devem ser almejados e exercidos com o único interesse da defesa dos direitos da categoria. Infelizmente, existem entidades sindicais em que os diretores recebem uma gratificação em dinheiro pelo cargo que exercem, tal como uma remuneração em uma empresa de um cargo de chefia. Não concordamos com este tipo de remuneração. Os dirigentes sindicais não formam um setor à parte dos bancários, usufruindo privilégios materiais, o que favorece o desenvolvimento do burocratismo sindical, alijando a base das decisões e evitando o surgimento e a renovação de lideranças. As

entidades devem pagar aos diretores apenas as despesas decorrentes das atividades sindicais.

Infelizmente na FEEB/RS existe uma remuneração paga aos diretores, chamada de "Ajuda de Custo", mas que na verdade é uma gratificação pelo cargo, uma vez que as despesas das atividades sindicais já são pagas. Defendemos o fim desta "Ajuda de Custo".

Propostas programáticas:

1) Por uma política salarial digna e por melhores condições de trabalho. O objetivo central que dá origem às entidades sindicais é a luta por salário digno e boas condições de trabalho. A Federação também deve ter isso como centro, preparando as campanhas salariais com antecedência e buscando envolver os delegados sindicais e ativistas nas principais decisões das campanhas. Um item obrigatório das campanhas salariais é a luta pela reposição das perdas salariais acumuladas nos últimos anos.

2) Em defesa da saúde do trabalhador bancário.

O tensionamento para o cumprimento de metas, a intensificação do ritmo de trabalho que se dá com a diminuição do número de trabalhadores e a despreocupação dos bancos com as condições de trabalho, têm adoecido um número cada vez maior de colegas. A defesa de um ambiente de trabalho saudável e dos direitos dos lesionados e adoecidos pela atividade bancária devem ser uma preocupação constante da Federação.

3) Segurança nas agências!

Como conseqüência da crise social que se aprofunda em nosso país nossa categoria passou a conviver com os assaltos diários. A segurança dos bancários passou a ser uma preocupação das entidades sindicais. A Federação dos Bancários tem um importante papel a cumprir coordenando iniciativas que visem fazer com que os banqueiros e o poder público assumam sua responsabilidade na garantia da segurança aos trabalhadores.

4) Aposentadoria.

Os fundos de pensão das empresas estatais passam por uma campanha de difamação por parte dos neoliberais. A Federação deve se colocar na defesa dos fundos, dos planos de Benefício Definido e rejeitar à pressão por mudanças em prol dos planos de Contribuição Definida, que retiram o compromisso das patrocinadoras na garantia desses fundos, sobrecarregando ainda mais aos bancários e trazendo a incerteza sobre a aposentadoria.

5) Contra a discriminação e opressão.

A Federação deve estar na vanguarda na luta contra a opressão às mulheres e contra as discriminações por raça, etnia e/ou orientação sexual. Deve garantir a existência de creches nos eventos sindicais, para facilitar a participação das mulheres. Sua luta é para incluir nas pautas reivindicações que garantam direitos iguais e que coíbam o assédio moral e sexual.

6) Solidariedade entre os trabalhadores.

A luta dos trabalhadores é uma só, independente de categoria, pois a exploração do trabalho pelo capital é a mesma. A Federação deve buscar a integração com as demais entidades sindicais, do movimento popular e estudantil. Defendemos a participação na construção da CONLUTAS (Coordenação Nacional de Lutas). Esta nova organização está surgindo em nosso país para responder à falência da CUT, que se atrelou ao governo. A CONLUTAS está na linha de frente na luta contra as Reformas Trabalhista e Previdenciária, gestadas pelo governo Lula e pelos empresários para atacar nossos direitos.

7) Defesa dos Bancos Públicos e Estatização do Sistema Financeiro.

A defesa dos bancos públicos passa, tanto pela luta contra as privatizações via leilão, como contra as privatizações mascaradas do governo Lula, que submetem cada vez mais

estatais como o BB e a Petrobrás à lógica do mercado, impondo como meta a rentabilização das empresas visando às metas de superávit primário, com a exploração cada vez mais intensa dos empregados por meio do achatamento salarial, e o tarifaço, os serviços excludentes e precários, além dos altos juros para os clientes.

A estatização de todo o sistema financeiro sob controle dos trabalhadores deve continuar sendo nossa bandeira estratégica, pois só com a efetivação desta medida é que colocaremos o sistema financeiro a serviço da maioria do povo brasileiro e não, como é hoje, para enriquecer um pequeno grupo de famílias. Vivemos a época de domínio do capital financeiro, que engloba todos os principais capitais. Esta é a época da hegemonia dos monopólios transnacionais, gigantescos parasitas da sociedade moderna. A nossa luta pela estatização dos bancos, portanto, faz parte da luta maior contra o regime dos monopólios privados e contra o próprio capitalismo.

#### 8) Não pagamento da dívida externa.

O pagamento da dívida externa é o principal destino dos impostos arrecadados em nosso país e o motivo principal para os juros altos. É necessária a suspensão imediata de seu pagamento e a realização de uma Auditoria para se saber que dívida é esta e um plebiscito onde o povo deve decidir o que fazer com ela. A Federação deve se somar ao movimento já existente em nosso país que levanta estas bandeiras. Defendemos a soberania do povo na questão da dívida externa, como também para todas as questões. Isso não significa que não saibamos que essa dívida é ilegítima, ou seja, é um mecanismo político de agiotagem e exploração a sugar todas as energias sociais. Por isso, a tarefa dos sindicatos é levantar bem alto a bandeira do Não Pagamento da Dívida Externa.

#### 9) Auditoria da Dívida Interna.

Apenas 20 mil famílias são as beneficiárias, no Brasil, do crescente endividamento com o sistema financeiro. Esse mecanismo de espoliação gera, por meio dos altos juros pagos pelo governo federal e pelos estaduais, o enriquecimento parasitário e especulativo que cresce na medida em que são cortados os recursos públicos para a educação, saúde, segurança, moradia e demais polícias públicas de interesse dos setores populares. Cabe às entidades sindicais e aos partidos comprometidos com a população trabalhadora e os interesses nacionais investigar essa transferência de renda do povo para as mãos de meia dúzia de bilionários que embolsam uma "Bolsa Família" mensal equivalente a 600 mil reais.

Por último, registramos que existe um conjunto de problemas, oriundos da adaptação ao governo por parte das direções sindicais majoritárias, ainda, em nosso movimento, que deveremos abordar no próprio Congresso, tal como as Comissões de Conciliação Prévias, já implantadas em alguns sindicatos e que significarão a concordância com a flexibilização de direitos legais, entre outros.

Assinam a Tese:

Adriana Tosin	- BB - Del.Sindical Ag. Porto Alegre
Alfredo Santana Vaz	- BANRISUL - Del. Sind. Ag. Bonfim - Porto Alegre
André Krause	- BANRISUL - Ag. Carlos Gomes - POA
Anna Miragem	- Caixa RS - Ex-presidente do Sind. Banc. - POA
Carlos Henrique de Almeida (Cabeça)	- BANRISUL - Del.Sindical DG/Porto Alegre
Carlos José Marco (Carlito)	- BANRISUL - Dir. do Sind.Banc. de Passo Fundo
Estevan Martins de Campos	- BB - Ag.Caminho do Meio -Porto Alegre
Fernando Aguiar	- BB - GEREL - Porto Alegre
Fernando Mattoso	- CEF - JURIR - Porto Alegre

Idilia da Costa Hansen  
Jair Gaiardo  
Jaqueline Cordeiro de Almeida  
Juliana Wingert  
Júlio Cesar Pinto Teixeira  
  
Lais Sabbado  
Luiz Carlos Vargas Leitão  
Luiz Suertegaray  
Marçal Elisandro Santos  
Marco Aurélio Moretto  
Matheus Crespo  
Moari Tosin  
Moises Darcie  
Nilton Azevedo  
Paulo Roberto Guaragna  
Rafael Amorim  
Roni Porto D'Ávila  
Setembrino Dal Bosco  
Sílvio Renato Ribeiro  
Thênio Francisco Clamer Fonseca  
Zenóbio Campos de Oliveira

- HSBC - Diretora do Sind.Banc. de Passo Fundo  
- CEF - RERET - Santa Maria  
- HSBC - Diretora do Sind.Banc. de Passo Fundo  
- BB - Ag. Scharlau - São Leopoldo  
- CEF - Del.Sind. Ag. São João/ POA - Ex-pres. da APCEF/RS  
- UNIBANCO - Pelotas  
- CEF - Aposentado - Porto Alegre  
- BANRISUL - Del.Sind. DG/Porto Alegre  
- BB - Ag. Salgado Filho/ Porto Alegre  
- UNIBANCO - Dir. do Sind. Banc. de Passo Fundo  
- BANRISUL - Ag. Restinga - Porto Alegre  
- CEF - Del.Sind. Ag. Praça da Alfândega - POA  
- CEF - GIFUG - Porto Alegre  
- BASA - Aposentado - Porto Alegre  
- CEF - Aposentado - Porto Alegre  
- BANRISUL - Ag. Cristo Redentor - Porto Alegre  
- Banco Rural - Diretor da FEEB/RS  
- BRADESCO - Dir. do Sind. Banc. de Passo Fundo  
- BB - Ag. Azenha - Porto Alegre  
- BRDE - Porto Alegre  
- BANRISUL - Dir. do Sindicato do Litoral Norte

## **CSD – CUT SOCIALISTA E DEMOCRÁTICA**

### **1 - CONJUNTURA**

#### **Internacional**

A conjuntura mundial está marcada, no plano político, pelas crescentes dificuldades do imperialismo norte-americano para manter a “ordem mundial”, que este impôs ao longo dos anos 90. Na atual fase, essa ordem mundial enfrenta resistências em duas regiões: no mundo árabe-muçulmano e na América Latina. Mas essa constatação não elimina que os processos políticos nessas duas regiões sejam muito diferentes. Por outro lado, a agressividade do imperialismo norte-americano tem reacendido um certo nacionalismo e o anti-americanismo mesmo em países imperialistas como a França e outras potências emergentes, como é o caso da Rússia.

O Brasil tem um papel de destaque no desenho desse novo cenário internacional. Seja pelas mobilizações sociais ocorridas ou por iniciativas do governo Lula e mesmo pela combinação de ambas, o país assumiu um perfil que combina: rejeição à estratégia de unilateralismo militarista do governo Bush, repudiando a invasão do Iraque em 2003; teve um papel fundamental para paralisar as negociações da ALCA e adotou uma política externa que prioriza uma integração regional na América Latina e as relações com outros países do Sul do mundo, dentro de uma perspectiva contra-hegemônica frente à dominação dos EUA.

#### **Nacional**

A eleição de Lula em 2002 foi resultado do mal estar social provocado pelo neoliberalismo no País. Porém, o primeiro mandato do governo Lula não conseguiu desatar alguns dos principais nós que impedem uma transição para o pós-neoliberalismo. Mas essas dificuldades não encerram a experiência.

A eleição de Lula para o segundo mandato significa a abertura de uma nova conjuntura no País, tendo como agenda central a superação do neoliberalismo. O que define esse novo momento é o movimento geral de idéias e forças sociais, desencadeado pela disputa eleitoral. Abre-se uma nova oportunidade para o projeto democrático e popular.

A candidatura Lula expressou as potencialidades de superação do neoliberalismo e, ao mesmo tempo, os limites da experiência de governo. Principalmente no segundo turno, ela buscou explicitamente colocar-se como portadora de um projeto alternativo ao neoliberalismo, como representante dos movimentos sociais e da população trabalhadora. Foi amplamente correspondida pelo voto popular. Ela ficou na defensiva na questão ética. Se entendermos essa questão nos termos propostos pela companheira Marilena Chauí, isto é, como ética pública e não apenas como atributo comportamental dos atores políticos, estamos nos referindo ao conteúdo das transformações das instituições, à democratização do poder político. E, justamente nesse ponto crucial a experiência do governo Lula foi muito limitada, aquém dos processos de participação popular, que a própria esquerda implementou nas suas experiências mais avançadas de governo. Essa dimensão reduzida de mudança política fez par com os bloqueios verificados na ordem econômica. A vitória, nas circunstâncias em que ocorreu, permite recolocar como agenda a superação deste duplo limite.

Esse quadro é muito diferente de 2002. O primeiro governo do Lula impôs uma dura derrota eleitoral ao neoliberalismo, mas foi marcado por um processo desigual e limitado de transição para uma agenda de desenvolvimento, democracia e distribuição de renda. E, justamente por isso, por uma crise latente no interior do campo social responsável pela conquista da primeira vitória de Lula. O núcleo dos conflitos foi a política econômica desenvolvida na maior parte do período de governo. A execução do conjunto das políticas governamentais foi restringida. Essa orientação começou a ser mudada pela pressão social e pelo fortalecimento, dentro do

governo, nos movimentos sociais e no debate público, das posições que defendiam uma condução econômica alternativa.

Não raras vezes a esquerda concentra sua visão nas tarefas e desafios do governo conquistado que tem a marca popular. Ainda que o governo seja a expressão imediata da vitória e que os desdobramentos da conjuntura dependam muito das iniciativas políticas que vier a tomar, é incorreto ver a conjuntura através do governo. Esse equívoco leva a subestimar a organização e as manifestações populares, ou seja, a luta de classes, e implicitamente, deposita na força do governante a expectativa de realizar, em nome do povo, um programa progressista. É evidente que devemos lutar para que o governo expresse o máximo de mudanças que a presença popular na cena política impulsiona. Mas é preciso ver também que uma conjuntura favorável abre novas possibilidades de organização e de luta dos trabalhadores e do povo, e permite a esquerda recolocar na agenda a atualização da perspectiva socialista.

Portanto, para a construção de um Brasil justo e soberano, passa necessariamente pelo fortalecimento dos movimentos sociais. É preciso mobilizar o povo trabalhador para impedir o retrocesso e exigir o avanço das mudanças. A CUT como ferramenta importante desse processo, precisa ter autonomia em relação ao governo e aos partidos, e encaminhar a luta da classe trabalhadora, com muita democracia e transparência, pelas transformações necessárias. É necessário colocar em prática às resoluções do 9º CONCUT, sob pena de aprofundar a desconfiança existente na classe trabalhadora em relação a central. É preciso que a plataforma democrática da classe trabalhadora se transforme em eixos de luta da CUT, incorporando às resoluções da quinta plenária da CMS (Coordenação dos Movimentos Sociais).

## **Estadual**

A vitória da candidatura de Yeda/Feijó e a conseqüente derrota do projeto democrático e popular ocorreram muito em função dos limites do governo Lula em relação à base social que o elegeu em 2002. Isto somado à crise ética que se estabeleceu no governo, levou à vitória, mesmo com outra roupagem já que negaram às privatizações, dos Neoliberais.

A crise financeira que vive o Rio Grande do Sul, produzida pelas elites deste estado, que sempre governaram para os ricos, não nos deixam dúvidas que no próximo período teremos muitos enfrentamentos. Por mais que tenham afirmado que não privatizarão o Banrisul e outras estatais gaúchas, sabemos que somente nossa luta salvará o Patrimônio Público.

O fato de a governadora afirmar que usará o modelo mineiro para reestruturar a economia do estado, nos aponta para ataques ao funcionalismo público. Portanto é nosso papel, desenvolver campanha em defesa do Banrisul e buscar unidade dos movimentos sociais gaúchos na luta pela democratização do estado e por segurança, saúde e educação.

## **2 – ORGANIZAÇÃO DA CATEGORIA**

### **Balanco da Campanha Salarial 2006**

O que deveria ser um ponto positivo nas últimas campanhas salariais, a unificação da categoria com a conquista da mesa única, tornou-se um motivo de tensionamento entre os bancários. A unificação deveria ser para fortalecer a mobilização e trazer mais conquistas. Ao invés disto, tem servido para blindar o governo e às direções dos bancos públicos federais.

Entramos na campanha salarial de 2006, defendendo que além da mesa junto à Fenaban, deveríamos ter mesas e mobilizações específicas nos bancos federais para que se desse vazão às reivindicações específicas desse setor, já que nas mesas permanentes muito pouco se avançava. Essa estratégia foi aprovada por ampla maioria na conferência nacional.

Como nos anos anteriores, houve um profundo desrespeito às resoluções da conferência. O comando nacional, hegemônico pela política do sindicato de São Paulo, um sindicato

nacional na prática, não dialogou com o sentimento da categoria. A campanha era conduzida em marcha lenta, aguardando o desfecho das eleições no primeiro turno.

Quando defendemos no comando nacional, que era necessário aprofundar o ritmo da campanha, tirando um calendário mais ofensivo, pois era essa a vontade da categoria, a maioria não permitiu, argumentando que não havia uma uniformidade na mobilização á nível nacional. Quando defendíamos que era preciso um calendário específico para os públicos federais, como aprovados na conferência, alegavam que não era bem isso que havia sido aprovado e sim, que "não estava proibido fazer mobilizações específicas", e que, portanto não orientariam esse processo.

O pior foi ver presidentes de importantes sindicatos, como o de Brasília, Belo Horizonte ou Rio de Janeiro votarem com essa visão no Comando e, quando chegavam a suas assembléias gerais, mudavam de posição e defendiam a greve.

Quando várias assembléias deflagravam a greve, em Estados importantes como RS, SC, RJ, BH, BSB, BA e outras regiões, a CONTRAF não reconhecia esta mobilização. Informava ainda que uma centena de sindicatos seguia as orientações do comando, e bem escondido, diziam que meia dúzia de sindicatos já havia deflagrado o movimento. Tanto é, que quando chegou à data da greve imposta por São Paulo, já haviam mais de 14 Estados em greve.

Esta política de desrespeito aos bancários, tem levado a um profundo desgaste da imagem da CUT, junto à base da categoria. É preciso debater uma nova forma de organização transparente, que tenha como princípio a democracia.

### **Organização dos Bancários**

Sabemos que é papel fundamental da nossa Federação, a organização estadual da categoria. Não queremos colocar isso em segundo plano. Porém, consideramos que diante das circunstâncias em que têm sido realizadas nossas campanhas e o fato de sermos uma categoria organizada nacionalmente, entendemos que é fundamental que a próxima gestão da FEEB-RS trabalhe no sentido de ser uma articuladora nacional na busca de uma nova organização e uma nova hegemonia para dirigir os bancários.

Existe um conjunto de Estados descontentes com a condução atual. É nosso papel buscar uma unidade nacional com todos os setores que acreditam que é a partir da luta dos bancários que teremos conquistas. O movimento da categoria não deve ser conduzido com segundas intenções. Seja de blindar o governo ou derrotá-lo.

Para isso, é preciso repensar a forma atual, pela qual o comando nacional e o conjunto de COE's dos bancos, mais servem para nacionalizar a política defendida pelo sindicato de São Paulo, como um sindicato nacional, do que para organizar e potencializar as lutas da categoria.

## **3 - PROJETOS PARA A PRÓXIMA GESTÃO**

### **3.1 - Plano de Lutas e Ação Sindical**

A nova diretoria da Federação do RS que toma posse em março de 2007, quase três meses após a posse do Presidente Lula e da Governadora Yeda/Feijó, deve incentivar e participar da construção de uma ampla mobilização social, lutando pela manutenção de direitos e por novas conquistas para a classe trabalhadora.

O movimento sindical deve ter a tarefa de direção dessa ampla frente social, apresentando para o conjunto da sociedade as suas prioridades. Uma pauta que leve ao governo Lula a necessidade do desenvolvimento econômico sustentável e sem sofrimentos à maioria da população brasileira, a manutenção e ampliação de direitos e distribuição de renda. No RS, deixar claro, através de ações de luta e mobilização, à governadora Yeda / Feijó que os trabalhadores não aceitarão ataques aos seus direitos e ao patrimônio público.

No âmbito da categoria bancária, a Federação deve planejar ações e planos de lutas visando buscar:

- A Defesa dos bancos públicos e o respeito aos seus empregados;
- Exigir o cumprimento do papel social dos bancos públicos;
- Saúde, segurança e condições de trabalho;
- O Fim do Assédio Moral;
- Igualdade de oportunidades.

### **3.2 – Políticas Permanentes**

#### **a) Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora Bancária**

As repercussões do trabalho bancário sobre a saúde têm assumido, historicamente, diversas expressões no cotidiano dos bancários, dentre as quais se destacam, atualmente, o sofrimento psíquico e as patologias do sistema músculo-esquelético conhecidas como LER/DORT. Tais manifestações estão intimamente relacionadas com o conteúdo do trabalho bancário, com a forma de organização e gestão do trabalho, assim como com o processo de reestruturação produtiva que vem sendo implementado nos últimos anos.

As exigências do conteúdo do trabalho bancário – esforço mental (atenção, concentração, memorização, responsabilidade) e esforço físico (atenção visual, esforços repetitivos, posturas estáticas) – se somam às exigências que acompanham a reestruturação bancária. Introdução de novas tecnologias, novas formas de gestão, subcontratações, redução de pessoal e ameaça de desemprego têm configurado uma precarização das relações de trabalho no setor financeiro.

Uma análise sobre os modos de trabalhar e de adoecer traz um vasto material para reflexão. O campo da Saúde do Trabalhador possui conteúdo estratégico, pois diz respeito à essência das condições de classe. O bancário doente encarna a brutalidade de como é imposto o trabalho, e pode dar necessária visibilidade ao sofrimento no trabalho e a suas conseqüências psicossociais. Nesse sentido, não há ilusão possível quanto às transformações no campo da Saúde do Trabalhador que não passe pelo enfrentamento dos modos de produção. Isto não quer dizer, por outro lado, que não existam ações operacionais a ser implementadas no campo da saúde em si. A conquista de melhorias, na sociedade atual, é possível e necessária. Entretanto, pouco profunda se a forma como a produção se estabelece não for questionada.

Nesse sentido, os Sindicatos e a Federação precisam superar a tendência de setorização da saúde, na forma de quase uma especialização, pervertendo o princípio de que o trato destas questões diz respeito à essência das contradições sociais e de classe. Portanto, a Saúde do Trabalhador precisa ser assumida como uma prioridade, tendo como objetivos: desenvolver ações estadualmente articuladas, resgatar a solidariedade e a participação dos trabalhadores, desenvolverem consciências críticas e garantir a democracia nos ambientes de trabalho, facilitando a possibilidade de auto-organização dos bancários.

Durante a última gestão da FEEB-RS, foram realizadas diversas ações em Saúde do Trabalhador, concebida enquanto uma política transversal e permanente. O departamento de saúde tem proporcionado suporte técnico relacionado ao tema da Saúde do Trabalhador para o conjunto dos Sindicatos filiados, seja na resolução de casos individuais, seja na orientação à implementação de ações de caráter coletivo.

Além disso, atividades de formação como seminários, cursos e debates sobre temas relacionados à Saúde do Trabalhador têm sido sistematicamente realizados, a partir de necessidades levantadas junto aos dirigentes sindicais de todo o Estado em reuniões nas diferentes regionais e, também, a partir de reuniões do Coletivo Estadual de Saúde. Da mesma forma, notícias e informações sobre temas de saúde têm sido priorizadas, tanto na página eletrônica, como em materiais impressos, a exemplo do jornal Saúde Bancária, que iniciou a ser veiculado em 2006 e já conta com três edições.

Outra atividade que merece destaque é a consolidação do Grupo de Ação Solidária de portadores de LER/DORT, no Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, do qual a assessora de saúde da FEEB-RS participa como coordenadora, em conjunto com a assessora de saúde do Sindicato. Tendo em vista a importância desse tipo de intervenção junto aos bancários afastados do trabalho, a FEEB-RS tem estimulado a criação de ações semelhantes em outras bases e proporcionado assessoria técnica para tal finalidade. O apoio a movimentos sociais ligados à Saúde do Trabalhador, como é o caso da AVIDA-RS (Associação das Vítimas de Doenças Relacionadas ao Trabalho), de âmbito estadual, também se faz presente, tendo em vista a importância de articular ações na luta pela garantia de melhores condições de trabalho.

Por último, cabe salientar a realização de uma pesquisa sobre saúde e condições de trabalho da categoria bancária no Rio Grande do Sul, cujos resultados finais serão apresentados no 9º Congresso Estadual da FEEB-RS. O último estudo dessa natureza havia sido realizado em 1994, através do Censo Bancário. Participaram do estudo 2392 bancários e bancárias pertencentes às bases de 34 sindicatos. Coletaram-se dados sobre a percepção dos trabalhadores acerca de suas condições de trabalho e saúde, através da aplicação de um questionário composto de 120 perguntas que versavam acerca da jornada de trabalho, condições e organização do trabalho, bem-estar, satisfação laboral e impactos na saúde, entre outros. Os resultados da pesquisa poderão ser utilizados como subsídio para ações de intervenção, assim como para a construção de novos estudos visando a aprofundar questões identificadas como relevantes.

Diante disso, entende-se que a continuidade do projeto em saúde que ora está em curso é relevante e necessária, com a Federação mantendo o papel de proporcionar suporte técnico e capacitação do conjunto das direções dos Sindicatos do Estado, para que estes possam desenvolver as ações necessárias junto à categoria.

## **b) Gênero, Etnia e Orientação Sexual.**

O mundo do trabalho e a sociedade valorizam um padrão único de comportamento, desrespeitam as diversidades e pluralidades, isto se reflete também nas relações de trabalho e poder. As mulheres, segundo estatísticas, representam mais de 50% da população brasileira, constituem 42% do mercado de trabalho e ainda que esta participação tenha aumentado consideravelmente, a sociedade brasileira demonstra traços do modelo patriarcal que se observam através da desigualdade salarial, dificuldade de ascensão, discriminação, enfim a participação das mulheres nas instâncias de poder ainda é muito tímida em que pese o crescimento da participação no mercado de trabalho.

Com a criação da Diretoria sobre a Mulher Trabalhadora, Raça e Orientação Sexual, no último Congresso, a FEEB/RS esteve inserida junto aos movimentos sociais, que tratam e discutem esses temas e conquistamos espaços importantes junto a CUT-RS, na Secretaria de Mulheres, suplência no Conselho Estadual dos Direitos da Mulher.

A FEEB/RS também ocupa lugar no Fórum Estadual pelo Fim da Violência contra a Mulher e na Marcha Mundial de Mulheres, inclusive tendo sediado ou apoiado vários eventos.

No âmbito da categoria bancária, realizamos o primeiro Encontro da Mulher Trabalhadora Bancária; promovemos a discussão com sindicatos sobre a questão das mulheres no trabalho bancário e no movimento sindical; participamos da comissão GROS (gênero, raça e orientação sexual) da Contraf e da mesa de negociação com a Fenaban sobre igualdade de oportunidades; promovemos ainda seminários e realizamos a pesquisa sobre assédio moral com recorte de gênero.

Quando abordamos raça no Brasil, não há como deixar de focar a raça negra, neste contexto ao discutimos a participação no trabalho bancário e na sociedade observamos o retrato da discriminação. É evidente a existência de cláusula de barreira para admissão nos Bancos e discriminação salarial, somente 8% das chefias nos Bancos são ocupadas por negros (as). Historicamente sabemos da falácia da democracia racial, da esterilização em massa das mulheres negras, do extermínio dos jovens, a mercantilização da cultura negra, a desvalorização da mão-de-obra, demonstrando a violência e o sectarismo que mantém a casta dominante deste país. No mercado de trabalho os baixos salários e a informalidade são destinados aos homens e mulheres negras, comprovando a existência de uma reserva de mercado imposta pelas elites que detém o poder do capital, e são de extrema importância à igualdade de condições e a construção de políticas afirmativas no combate ao preconceito e discriminação.

Também a relação entre a laicidade e a homossexualidade é um tema que se torna a cada dia mais importante. Diante disso, poderíamos pensar que os movimentos sociais estão à frente de grandes desafios ou é mais uma das várias lutas que temos de enfrentar? De fato, estes temas merecem uma atenção especial e constante, pois quando se fala em laicidade, estamos nos referindo à possibilidade de exercício de vários direitos, muitos deles relacionados com a expressão de idéias e de comportamento, ou seja, realidade indissociáveis da idéia mesma de democracia, pois a discussão por igualdade de direitos entre homossexuais, reflete também entre outras questões, a tensão entre e dentro dos mundos jurídico e político, proporcionando ainda pela mobilização social em torno da garantia de direitos sexuais como direitos humanos, em grande medida pelo acúmulo de ações jurídicas daí originada.

As homossexualidades vêm tendo muito mais visibilidade circunstância que também provoca reação dos extremistas de direita, que é alimentada pelas teorias revisionistas, que reivindicam a possibilidade de organizarem-se e divulgarem também suas idéias racistas. Todo este contexto repercute, por exemplo, em iniciativas parlamentares que propõem políticas públicas para “converter” homossexuais em heterossexuais “normais”, a dimensão do estigma transformou o homossexual numa espécie de leproso moral.

Fazendo uma análise além da conjuntura, estamos nos deparando com um ambiente político que alimenta e cria condições para os ataques à democracia e algumas conquistas do movimento homossexual. Este é um desafio que a Federação os Sindicatos e o próprio movimento homossexual devem investir constantemente. O que devemos fazer é assumir de forma séria estas questões e deixar de lado discursos fáceis, mais demagógicos que efetivos, pois numa sociedade ideal a orientação sexual, etnia, gênero não deveria ser uma questão de dividir opiniões ou despertar polêmica, devem permear todos os espaços de ação e discussão sindical, os debates devem ser tratados de forma integrada com as demais políticas desenvolvidas, tanto pelo movimento sindical quanto pelo Estado (políticas públicas), devem perpassar as áreas da comunicação, jurídico, saúde, formação. Os desafios de uma Diretoria que trata de assuntos que remetem a discriminações seculares na sociedade, é imensa, ainda mais num contexto em que a hegemonia neoliberal reduz tudo a mercadoria, os temas inserem-se na disputa ideológica e a discussão devem remeter a defesa da sociedade fraterna, tolerante rompendo com a exclusão e a violência, para tanto propomos:

- 1 - reafirmação das cotas que propiciem a participação de todos os segmentos nas instâncias de poder e discussão tanto da FEEB/RS como dos sindicatos; bem como maior participação das mulheres no movimento sindical,
- 2 - provocar a discussão dos temas da GROS com os sindicatos e na imprensa sindical,
- 3 - garantir a transversalidade dos temas,
- 4 - inserções nos movimentos sociais, apoiar e participar atividades organizadas contra discriminação racial, livre orientação sexual,
- 5 - Integrar lutas desenvolvidas contra o assédio sexual, assédio moral, pelo atendimento pelo SUS do aborto legal, pela licença maternidade, pela união civil,
- 6 - participar das instâncias da Contraf e da CUT,
- 7 - a produção de conhecimento para subsidiar a elaboração, implantação e avaliação de políticas voltadas para o combate à violência e à discriminação, garantindo o recorte de orientação sexual em seminários de formação na Federação dos bancários,
- 8 - a reafirmação nos materiais informativos de que a defesa, a garantia e a promoção dos direitos humanos incluem o combate a todas as formas de discriminação e de violência e que, portanto, o combate à homofobia e a promoção dos direitos humanos de homossexuais é um compromisso desta entidade,
- 9 - estimular a apresentação e o debate de materiais educativos (filmes, vídeos e publicações) sobre orientação sexual e superação de homofobia,

10 - apoiar estudos e pesquisas em parcerias com Universidades sobre as relações de gênero e situação das mulheres com o recorte de orientação sexual.

### **c) Comunicação**

#### **Democratização da Comunicação no Brasil**

A democratização da Comunicação, combinada com políticas de justiça sociais e econômicas são elementos fundamentais para o aprofundamento da democracia no Brasil.

Tanto nos fóruns de discussões sobre democratização da comunicação no Brasil, quanto nos Partidos de esquerda e movimentos sociais, há uma firme convicção de que a questão (da democratização) é estratégica e foi mal encaminhada no primeiro mandato Lula e precisa ser equacionada no segundo.

O programa de comunicação proposto pelos movimentos sociais e assumido para o segundo mandato do Presidente Lula, conforme consta em seu programa de governo, foi construído por um grupo formado por pesquisadores do setor, intelectuais da esquerda, membros do PT e do governo, tendo recebido contribuições de jornalistas, organizações da sociedade civil e movimentos populares da área. Tem como eixos centrais a democratização dos meios de comunicação. O programa diz em seus objetivos:

“É fundamental a garantia do acesso da população aos meios de comunicação, especialmente, através de redes públicas e comunitárias capazes de transmitir a diversidade e a pluralidade da cultura nacional”.

“Um sistema democrático de comunicação deve ser entendido como o mecanismo pelo qual a população brasileira – independentemente de seu extrato social ou de sua distribuição geográfica – encontra o espaço necessário para o exercício do direito fundamental à comunicação. Mais do que possibilitar que continuem como expectadores passivos do processo de comunicação, este sistema dá à sociedade a possibilidade de difundir sua produção audiovisual, sonora, impressa e digital de acordo com sua necessidade e seus interesses”.

A Federação dos Bancários do RS deve caminhar junto com os movimentos populares da área, participando das ações necessárias para que o governo implemente as propostas da sociedade:

1 – Controle de Propriedade: Grande parte dos meios de comunicação do país é controlada por poucos grupos. O combate à concentração da propriedade é chave para a democratização da comunicação no Brasil. Atualmente, as concessões são renovadas quase que automaticamente e têm sido, historicamente, distribuídas segundo interesses políticos. É preciso estabelecer o controle público também para as concessões dos meios, garantindo a pluralidade necessária para a consolidação da democracia. A legislação brasileira deve prever o limite de propriedade, como acontece em muitos países do mundo, incluindo aí o controle da propriedade cruzada e da audiência potencial.

2 – Sistema Público de Comunicação: A Constituição de 1988 prevê a complementariedade dos sistemas privado, público e estatal de comunicação. No entanto, o sistema público praticamente não existe. Para que a comunicação possa acontecer livre de interesses comerciais ou políticos, é necessário equilibrar a

proporção entre estes sistemas e outorgar parte das concessões a organizações da sociedade civil, garantindo mecanismos de financiamento.

3 – Radio Difusão Comunitária: As rádios comunitárias são instrumentos relevantes de organização das comunidades e mecanismos importantes para garantir a pluralidade na produção de informação. Especialmente durante a última década, muitas foram colocadas na ilegalidade, lacradas e fechadas. Precisamos de uma ação efetiva no sentido de estimular e capacitar as rádios comunitárias de baixa potência e possibilitar o diálogo dos cidadãos com a realidade à sua volta.

4 – Inclusão Digital: A exclusão digital é a face mais recente da exclusão social. Sem acesso à tecnologia e à educação para sua utilização, aumenta o abismo entre os que têm e os que não têm. Incluir "digitalmente" significa integrar os cidadãos à esfera pública, possibilitar a todos o direito de se comunicar. É preciso garantir que os recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) sejam usados na sustentação de políticas públicas de inclusão digital – e não para ajudar as grandes empresas de mídia.

5 – Software Livre: Ao contrário do software proprietário, o software livre permite que qualquer programador modifique-o segundo suas necessidades. O desenvolvimento desse modelo fez com que milhares de pessoas em todo o mundo trabalhem de forma colaborativa na busca de aprimoramentos. A filosofia de não haver direito de propriedade faz com que não haja apropriação privada do trabalho coletivo. No momento em que governos gastam milhões no pagamento de licenças, é essencial que haja definições que obriguem o setor público a usar apenas o software livre. Ao mesmo tempo, a utilização do software livre pelos cidadãos significa liberdade de escolha entre os diferentes aplicativos.

6 – Governança da Internet Mundial: O controle sobre a Internet mundial está nas mãos da ICANN, uma entidade privada sediada nos Estados Unidos. Para se ter uma idéia, se nós temos que mandar dados que passem pelos EUA, precisamos arcar com o custo do tráfego. Se eles querem mandar dados para cá, somos nós também que pagamos. Isso acontece porque não há um modelo internacionalizado e democrático de governança mundial da rede. O Brasil começa a experimentar este ano um modelo que avança nesse sentido. A busca dessa solução em escala global é um dos pontos mais importantes nos debates travados na Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, que aconteceu na Suíça, em dezembro de 2003, e tem uma segunda fase na Tunísia, em 2005.

7 – Estimulo aos Pequenos Veículos, a regionalização e a Produção Independente: A disputa entre os grandes e os pequenos da comunicação é hoje extremamente desigual. Na busca do equilíbrio de forças, é preciso estimular a chamada mídia alternativa. Assumir as conseqüências das diferenças econômicas e interferir nesse processo é o primeiro passo para combater a desigualdade. Também a regionalização de parte significativa da produção cultural, artística e jornalística das emissoras é fundamental para o estímulo às culturas locais e para a abertura de novos mercados de trabalho. A abertura de espaço na mídia grande para produções independentes é um outro elemento no combate à desigualdade, ao permitir que pequenos produtores também tenham voz.

## **A COMUNICAÇÃO DA FEEB - RS**

### **Assumindo a comunicação como uma ferramenta de conquistas**

Comunicação dinâmica e responsável a serviço da categoria bancária. Este é o compromisso assumido pelo Departamento de Comunicação da atual gestão da Federação dos Bancários RS. Ao longo dos últimos três anos, a FEEB-RS intensificou o processo de reestruturação de suas ferramentas de comunicação. Com o objetivo de qualificar a área, que é estratégica e de importância vital para a entidade, foram somados esforços para agilizar o processo de comunicação entre a FEEB-RS e suas entidades filiadas. Além disso, foram feitos investimentos na atualização dos equipamentos de informática, fotografia e na contratação de pessoal.

Em dezembro de 2005, a entidade realizou o I Seminário de Comunicação: "A importância da comunicação para as entidades sindicais e a inserção de novas tecnologias". Este evento teve 67 participantes, incluindo dirigentes sindicais, assessores de comunicação e funcionários dos sindicatos e obteve êxito total com relação aos seus objetivos: conscientizar os sindicatos filiados à Federação sobre a importância da comunicação para o movimento sindical; estender e socializar informações sobre a evolução tecnológica na área - envolvendo meios eletrônicos e impressos - e de socializar experiências dos departamentos de comunicação dos sindicatos.

O seminário apontou o caminho para a criação de um sistema de comunicação integrado, capaz de facilitar o acesso e de compartilhar as informações de interesse da categoria e do movimento sindical bancário. O lançamento do portal [www.feebrs.org.br](http://www.feebrs.org.br), marcou o início da implementação deste sistema. Priorizando sempre o fluxo de informações com seus sindicatos filiados, a FEEB-RS desenvolveu esta ferramenta online, utilizando a tecnologia do software livre, para atender às necessidades do departamento de Comunicação da entidade.

As ações da Federação dos Bancários RS, enquanto representação soberana da categoria no Rio Grande do Sul e das suas entidades filiadas são divulgadas diariamente através do novo portal, que oferece webmail e atendimento online, entre outros recursos, cuja importância está sendo comprovada através do volume de acessos e das manifestações positivas de dirigentes sindicais e de usuários da Internet.

A preocupação com a qualificação da Comunicação deve ser constante, por isso sugerimos as seguintes propostas:

- 1 - Realização da segunda edição do Seminário Estadual de Comunicação, seguindo as sugestões de temas apontadas na ficha de avaliação, preenchidas pelos participantes da primeira edição do evento;
- 2 - Atualização constante dos recursos de informática disponibilizados ao Departamento de Comunicação;
- 3 - Ampliação dos recursos online oferecidos pelo portal da Federação, com disponibilização de novas editorias de notícias e hospedagem de informativos;
- 4 - Criação de um banco de dados sobre a categoria bancária no Estado, com informações detalhadas sobre o perfil dos bancários gaúchos; características econômicas; conquistas obtidas pelo movimento sindical; saúde do trabalhador e segurança, entre outros temas;

5 – Edição de um jornal nas versões, impressa e online, pautado a partir das ações da Federação dos Bancários RS e de suas entidades filiadas e coordenado por um conselho editorial;

6 – Ampliar a atuação da Assessoria de Imprensa da FEEB-RS, para que a mesma possa pautar os veículos de comunicação a partir das ações do movimento sindical bancário;

7 – Qualificar visualmente os materiais impressos e online produzidos pelo Departamento de Comunicação.

8 – Produção de conteúdos para rádio em parceria com a Rede ABRAÇO, que serão disponibilizados a todas as rádios comunitárias do Rio Grande do Sul, reafirmando o compromisso da categoria bancária com a democratização dos meios de comunicação.

d) Formação

**Desafio: Implementar um projeto de formação política para os Sindicatos de Bancários do Rio Grande do Sul**

A Federação dos Bancários do Rio Grande do Sul deverá implementar uma política de formação para os diretores sindicais e delegados sindicais que integre e dialogue com a realidade de cada um dos públicos e também propicie uma formação continuada ao longo de toda a gestão do triênio 2007-2010, a fim de contribuir para a compreensão do mundo do trabalho, auxiliar na construção de uma compreensão coletiva dos desafios da ação sindical e colaborar na renovação programática do movimento democrático e popular no Rio Grande e no Brasil.

O projeto será organizado em três linhas de estudo: Formação Teórica Básica: compreendendo o funcionamento da sociedade capitalista; Formação e Capacitação para a Ação Político-Sindical: construindo instrumentos de potencialização da ação sindical; Diálogos com o Movimento Democrático e Popular: compartilhando reflexões e desafios.

A elaboração será baseada no conceito de que a formação e ação são momentos intimamente relacionados da produção do conhecimento quando esse é pensado desde a ótica da emancipação humana, da superação da alienação, do fortalecimento da capacidade crítica e participativa dos sujeitos.

O projeto deverá ser além de um instrumento de capacitação, qualificação e coesamento da ação sindical, uma ferramenta que amplie o diálogo da categoria bancária com os principais sujeitos do movimento democrático e popular gaúcho e nacional, que contribua para a renovação programática de nosso movimento político-social.

O significado e o papel dos sindicatos tanto no movimento sindical quanto, na sociedade gaúcha cobra um projeto de formação que se relacione com os seguintes objetivos:

- Contribuir para a compreensão do mundo do trabalho;
- Auxiliar na construção de uma compreensão coletiva dos desafios da ação sindical;
- Colaborar na renovação programática do movimento democrático e popular no Rio Grande e no Brasil;

Considerando o objetivo de auxiliar na construção de uma compreensão e elaboração coletiva do conjunto da direção sindical sobre sua prática e os desafios colocados à luta dos trabalhadores (as), o processo de realização do Projeto de Formação deve ser um processo integrado que envolva os (as) dirigentes sindicais e os (as) delegados (as) sindicais num mesmo ambiente de discussão e elaboração, ou seja, em turmas e agendas de reflexão comuns.

O compromisso dos SEEBs do Rio Grande do Sul com a renovação programática do movimento democrático e popular, com a reconstrução da hegemonia popular no Rio Grande, com o aprofundamento das reformas democráticas no país bem como, com a construção de um novo modelo econômico nacional, deve ser um dos elementos estruturantes de um projeto de formação. Trata-se de pensar a formação como um processo de diálogo, de reflexão conjunta da direção sindical bancária com os vários setores de nosso movimento político-social, como por exemplo, o MST, a Marcha Mundial de Mulheres, o DIEESE, a Igreja Popular, os intelectuais progressistas e os partidos populares.

O projeto de formação há de se realizar através do diálogo com a história, acúmulos e desafios político-organizativos dos bancários como categoria profissional bem como, pelo compartilhamento do debate em torno da agenda político-programática do movimento democrático e popular em suas várias facetas: das lutas de massas a luta institucional, da reflexão dos movimentos sociais à produção acadêmica.

Pensar no processo de formação humana como um processo inserido na luta pela emancipação humana no contexto de reestruturação do capitalismo e de globalização demanda a criação de instrumentos e referências conceituais que possibilitem a compreensão destas transformações.

*A formação consiste em um processo dinâmico, individual e coletivo, forjado nos múltiplos espaços de intervenção (mundos de trabalho, família, partidos, movimentos sociais, espaços de lazer e de fé). Pressupõe, acima de tudo, romper a dicotomia entre o tempo de preparação (formação) e o tempo de fazer (trabalho).*

Ao abordarmos o tema formação estamos falando em construção de conhecimentos. Acreditamos que o conhecimento é sempre provisório, resultado da busca por respostas a questões que mobilizam o sujeito e o grupo ao qual pertence. Conhecer demanda a organização de informações para a formulação de conceitos, cada vez mais complexos, sobre nós mesmos, a sociedade e a natureza e, concomitantemente, a compreensão da profunda articulação entre estas dimensões.

*Sendo assim, os princípios orientadores da prática político-pedagógica traduzem os pressupostos anteriormente referidos:*

- Dialogicidade: todos os sujeitos envolvidos na relação pedagógica possuem conhecimentos advindos de suas experiências anteriores, que devem ser respeitados. Os nossos pontos de partida são estes conhecimentos, a concepção oriunda de suas relações com a natureza, consigo mesma e com os outros. A tarefa educativa reside, justamente, em provocar a ressignificação do mundo vivido, tendo como ferramenta o conhecimento sistematizado advindo dos diferentes campos do saber. O diálogo, aqui referido, estabelece-se a partir das visões de mundo diferentes que, a partir do conflito sócio-cognitivo, se desestabilizam, promovem sínteses qualificadas e apontam no sentido de ampliar as possibilidades de intervenção no real;

- Solidariedade: o desemprego, a fragmentação e a desigualdade social afetam o perfil da classe trabalhadora e as iniciativas visando deslegitimar, desestruturar e acomodar os movimentos dos trabalhadores complexificam os processos de construção da solidariedade, que contam com todo o potencial e a riqueza da história do ser humano, sua capacidade viva de se indignar, organizar, construir projetos e lutar por eles. A transformação social que desejamos e estamos viabilizando consiste

em uma conquista coletiva daí que, o esforço de aprofundar a identificação dos participantes do Projeto com o conjunto das lutas e organizações sociais dos (as) trabalhadores (as), o incentivo à participação nos espaços de decisões coletivas são pressupostos que orientarão nossa prática.

- Cooperação/Democracia: em oposição ao individualismo e ao autoritarismo que estruturam as relações capitalistas, torna-se urgente estabelecer outras relações, nas quais o sujeito seja considerado íntegro enquanto parte de um grupo, de um coletivo. Sendo assim, as práticas pedagógicas devem privilegiar a cooperação e a participação democrática como meios para a formulação de novos conceitos sobre o mundo.

### **e) Jurídico**

A FEEB/RS permanecerá como coordenadora das informações e orientações político sindicais para o Estado. Ampliará os canais de relacionamento com seus sindicatos filiados, inclusive o seu Departamento Jurídico.

Nesta perspectiva deve-se estabelecer uma formatação que permita ampliar o caráter técnico do departamento, mantendo o motivador político de suas ações, ampliando da mesma forma a interação com as estruturas jurídicas das entidades filiadas, que sob sua coordenação transforme-se em uma rede de informações e trabalhos jurídicos. Para a consecução deste objetivo, o diretor responsável pela área jurídica deve estar assessorado por profissional qualificado e que tenha como objetivo final desta estrutura implementar ações para resguardar direitos porventura ameaçados e apresentar alternativas para ampliar estes direitos, sempre na perspectiva das possibilidades sindicais.

De se entender que hoje grande parte das ações iniciadas pelo conjunto jurídico Federação/Sindicatos tem fim financeiro – recuperação de valores monetários – demonstrando a distância que o bancário encontra na participação do embate jurídico. Cabe a esta rede jurídica estabelecer condições de debate dentro da estrutura sindical na tentativa de fazer do bancário agente ativo neste processo. O resultado será a qualificação do debate, ampliação do grau de consciência dos trabalhadores envolvidos e maior legitimidade das atividades jurídicas e das próprias entidades sindicais.

Na prática deve haver trabalho articulado entre os quadros jurídicos e os diretores da Federação e dos Sindicatos. Neste processo é necessária a renovação dos departamentos jurídicos sindicais, seja no seu aspecto nominal, seja nos seus propósitos, trazendo ao grupo juristas comprometidos com as questões sindicais. Da mesma forma é necessária à aproximação deste conjunto com os setores externa afetos às questões jurídicas, como a DRT, por exemplo, que poderia subsidiar ações e intenções.

Neste sentido é necessária a integração deste conjunto de atores jurídicos e sindicais, seja através da criação de um fórum permanente de debates, seja de reuniões ou de outros mecanismos, quebrando a atual barreira geográfica das bases sindicais e permitindo a troca de subsídios, inclusive nas regionais. Este item é fundamental e merece atenção do departamento jurídico da FEEB/RS.

## **Manutenção do SUAP**

O Sistema Único de Assistência Processual (SUAP) é uma conquista dos trabalhadores bancários. Elaborado a partir da necessidade dos sindicatos do controle de uma ferramenta de incisão social que até então era controlado, único e exclusivamente, pelos profissionais que atuavam na área. O antigo sistema não garantia a qualidade necessária aos serviços prestados nem a transparência desejada pelos sindicatos. Este Convênio Múltiplo encontra-se em constante aperfeiçoamento, pois assim é a vida, buscando atingir um grau cada vez maior de eficiência e qualidade. Sua manutenção é importante e tem que ser incentivada pela FEEB – RS, inclusive na busca constantes de novas adesões de sindicatos filiados.

### **f) A Segurança Pública e a Segurança Bancária**

Cada vez mais o tema segurança bancária ocupa um espaço importante nas ações a serem desenvolvidas pelos sindicatos, federação e confederação.

Os assaltos a bancos no Brasil e em especial no Rio Grande do Sul têm se tornado uma rotina, com a qual bancários, vigilantes, clientes e a sociedade como um todo não podem mais conviver.

As ações esperadas por parte dos bancos e do poder público têm se mostrado muito tímidas, em contrapartida os assaltantes tem sido cada vez mais audaciosos.

O grupo interinstitucional de segurança pública não tem conseguido definir ações capazes de reduzir o número de ações criminosas contra agências, postos e até mesmo contra o próprio bancário no recinto do seu lar.

Não podemos nos calar diante das estatísticas distorcidas divulgadas pelo governo estadual, que recentemente divulgou dados onde apontava a redução dos assaltos a bancos. Diante desse quadro é fundamental uma ação mais forte por parte das entidades sindicais, no sentido de expor a falta de ação dos bancos e do governo.

O Estado não tem a obrigação de fazer segurança privada para os bancos, mas deve garantir aos bancários, vigilantes e a população como um todo, seu direito a vida, investindo no trabalho de inteligência e com maior número de policiais nas ruas a fim de evitar essa onda crescente de insegurança.

Portanto se faz necessário articular estadual e nacionalmente ações para garantir a aprovação e cumprimento das leis de prevenção a assaltos (porta com detector de metais em todos os locais de acesso público; vigilância eletrônica; etc.)

Garantir o cumprimento de um plano de contingência quando ocorra o assalto:

- 1 - Fechamento da agência após o assalto;
- 2 - Atendimento profissional aos (as) bancários (as) que presenciaram o assalto;
- 3 - Emissão de CAT para todos (as);
- 4 - Disponibilizar aos trabalhadores (as) afastados (as), auxílio médico e psicológico, inclusive se necessário reconhecendo a necessidade do afastamento.

### **III – Papel e Compromisso da Direção**

#### **Papel da Direção**

O papel da Direção da FEEB/RS é fazer a gestão política, financeira e patrimonial da entidade, respeitando os princípios estatutários, garantindo a democracia e a transparência de seus atos, com o objetivo de unificar a categoria, defender suas conquistas e prepará-la para os desafios futuros.

A atuação permanente junto a CUT e movimentos sociais, buscando construir a união do conjunto dos trabalhadores para defesa de seus interesses de classe e realização de seus objetivos históricos, deve nortear a ação dessa direção.

Esses são princípios gerais que julgamos imprescindíveis para qualquer direção que se habilite a estar à frente da FEEB/RS.

#### **Compromisso da Direção**

Reafirmamos os compromissos históricos assumidos pelas últimas gestões democráticas da FEEB-RS:

- 1 - Lutar pela liberdade e autonomia sindical.
- 2 - Defender que a sustentação financeira dos sindicatos terá que ser decidida pelos próprios trabalhadores.
- 3 - Consolidar a democratização dos sindicatos, abrindo canais de participação da base.
- 4 – Fazer um sindicalismo realmente ligado às bases, classistas e de luta.
- 4 - Fortalecer a luta dos trabalhadores construindo o Ramo de Atividade.
- 5 - Assumir a função de direção política e de coordenação da ação sindical.
- 6 - Absorver a menor parte possível da diretoria da FEEB na gestão do aparelho, capacitando o conjunto dela para desempenhar o papel de direção estadual.
- 7 - Promover ações continuadas e simultâneas, que instrumentalizem os sindicatos, no processo de construção das OLTs.
- 8 - Aprofundar a atuação do movimento sindical bancário nas lutas gerais dos trabalhadores, buscando superar impasses e debilidades que não tem soluções nas lutas isoladas de categorias.

**Coordenação Estadual da CSD**

**27/11/2006**

**Tese da Articulação Sindical Bancária  
ao 9º Congresso da FEEB-RS**

**1. CONJUNTURA NACIONAL**

**A vitória de Lula com a força do povo**

A reeleição do Presidente Lula, com 58.296.042 (60,83%) milhões de votos, representa a possibilidade de se manter os avanços conquistados no primeiro mandato e de introduzir outras mudanças que consolide o caminho para um país mais justo e igualitário. A vitória, em segundo turno, com maior número de votos que em 2002 explicitou a disputa que existe na sociedade brasileira entre dois projetos: de um lado, as forças da direita e da elite reacionária que há anos comanda o país, de outro lado, um projeto de esquerda, democrático e popular que vem implementando mudanças importantes para a classe trabalhadora.

Somente um governo de mudanças, legitimado pelo povo e comprometido com a causa popular poderia conquistar tamanha vitória diante de um ataque maciço da mídia e dos defensores da política patrimonialista das elites brasileiras. Um cenário contrário à vitória seria retrocesso na história brasileira. Na luta de classes no Brasil, os trabalhadores ganharam mais uma batalha.

A decisão do 9º Congresso Nacional da CUT de apoiar a reeleição de Lula foi mais um marco no posicionamento político da Central, comprometida historicamente com a defesa de um projeto que supere a herança neoliberal e fortaleça a luta das forças do campo democrático e popular.

Em que pese os entraves da política macroeconômica com o superávit primário e as altas taxas de juros, que impõem limites para que se aprofunde o processo de mudanças, é inegável que o governo Lula trouxe avanços inquestionáveis, como por exemplo, o investimento na agricultura familiar, a promulgação do Estatuto do Idoso, o combate ao trabalho escravo, a luta contra discriminação por sexo e raça, a contratação de funcionários públicos por concurso, o aumento real de quase 20% do salário mínimo, o reajuste na tabela do imposto de renda, a ampliação do ensino público universitário, a não assinatura do tratado da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) e o fortalecimento das relações com outros países periféricos do mundo, a reorientação das empresas públicas, a abertura do diálogo democrático nas relações de trabalho e a não criminalização dos movimentos sociais.

Com relação ao mercado de trabalho, os avanços também demonstraram uma continuidade do crescimento do emprego formal e da queda das taxas de desemprego. De uma média mensal de 63.535 mil postos de trabalhos gerados com carteira assinada em 2002, passou-se para 152.687 mil em 2005, totalizando um montante de 3,7 milhões nos três primeiros anos de governo. Em 2006 foram gerados até setembro, segundo dados do CAGED do MTE, 1.383.805 novos postos de trabalho. Em seus 32 primeiros meses, o Governo Lula criou 324% mais empregos formais que FHC em 8 anos.

As taxas de desemprego aberto recuaram, entre 2003 e 2005, em torno de 2% na maioria das regiões metropolitanas pesquisadas, com exceção de Recife, que manteve o mesmo patamar (13,8%). Em setembro deste ano a taxa de desemprego caiu para 10% com um recuo de 0,6% em relação ao mês anterior. O rendimento médio do brasileiro passou de R\$ 837,50 em agosto de 2002 para R\$ 1.036,20 em agosto de 2006.

As iniciativas em áreas não diretamente ligadas à produção também beneficiaram os trabalhadores e trabalhadoras, pois impactaram positivamente toda a população. Investimentos em habitação, maior atenção com a saúde pública, os extraordinários avanços com o PROUNI, o FUNDEB, o Programa Luz para Todos e a ampliação do período de ensino fundamental para nove anos, são demonstrações

inequívocas do compromisso com os mais pobres, portanto, em beneficiar a esmagadora maioria da classe trabalhadora. O Bolsa Família, por exemplo, é um programa cujos indicadores mostram um avanço considerável, apesar das suas limitações. Em 2006, o programa já atingiu o número de 11 milhões de famílias beneficiadas, abarcando 55 milhões de pessoas.

É sempre importante lembrar que o Governo Lula assumiu em 2003, em meio a uma grave crise econômica e social, num cenário de incertezas, com uma proposta de mudança frente à herança recebida de dez anos com queda na taxa de investimento público e privado, desequilíbrio das contas externas, elevadas taxas reais de juros, enorme endividamento público em termos de proporção do PIB, taxas inexpressivas de crescimento econômico, altos níveis de desemprego e péssimos indicadores de distribuição de renda e de agravamento das desigualdades sociais.

Para além destas conquistas, a grande marca deste governo, no que diz respeito as suas relações com o mundo do trabalho, foi a democracia. Comportando-se de maneira oposta ao governo FHC, que criminalizava os movimentos sociais, Lula abriu as portas para um debate mais amplo com estes setores, embora nem sempre as nossas opiniões tenham sido levadas em consideração, como ocorreu na Reforma da Previdência, na elaboração da Lei de Falências e na Lei das Parcerias Público/Privadas.

Foi diante deste quadro que a CUT tomou a decisão de apoiar sua reeleição. No entanto, enquanto Central sindical autônoma e independente continuará realizando mobilizações que resultem em avanços para a classe trabalhadora, através de uma Plataforma Democrática dos Trabalhadores que visa a consecução de quatro principais objetivos: um projeto nacional para a justiça social e soberania nacional, desenvolvimento com distribuição de renda, mais democracia e organização do Estado Brasileiro e mais direitos para o povo. A continuidade das mobilizações é imprescindível, principalmente porque as forças conservadoras continuam inconformadas com a vitória dos trabalhadores e estão em permanente disputa pela hegemonia na sociedade brasileira. Mais do que nunca é necessário colocar o povo na rua na defesa de nossas propostas.

### **O povo tem que fazer valer o resultado das urnas**

Mal acabou o processo eleitoral e a grita já começou. Bastava ler os jornais de segunda e terça-feira após o 2º turno para perceber a tentativa de impor ao segundo mandato de Lula o que foi rechaçado pelas urnas. A imprensa, tal como vem agindo desde 2003, se escora nos pontos de vista contraditórios expostos por ministros para incensar a ortodoxia econômica e "fritar" posições desenvolvimentistas.

Lula recebeu uma votação consagradora. Recebeu o voto de confiança, porque o povo o enxerga como líder de uma posição política contrária aos ditames neoliberais.

Foi o que se viu no segundo turno da eleição. Quando o presidente comparou governos, apresentou os dois projetos de país em jogo e empunhou a bandeira do desenvolvimento econômico só fez crescer.

A reeleição de Lula, mesmo depois de passar um ano e meio no olho do furacão de uma gravíssima crise política, e após ser atingido, às vésperas do primeiro turno, pela desastrosa tentativa de compra do dossiê, demonstra um amadurecimento político do nosso povo.

Mais do que isso, a ampla votação do presidente dá um recado cristalino: há espaço e apoio político e popular para maiores avanços, para mais ousadia no segundo mandato. Não foi à toa que se elegeram 16 governadores que apoiaram Lula decididamente (na prática, no Maranhão os dois candidatos apoiaram Lula) e outros tantos já deram sinalizações de que não farão oposição. Sem contar que, mesmo para os candidatos derrotados, foi bom negócio declarar apoio ao presidente, como atestam

suas boas votações. É um capital político bastante grande e inimaginável para aqueles que pretenderam ganhar a eleição de véspera.

As forças políticas progressistas não têm o direito - aliás, têm o dever de fazer o contrário - de se curvar perante as tentativas de impor uma agenda conservadora no segundo mandato. Muito menos uma agenda artificial que apequena o Brasil e foi rechaçada pelo voto.

Os movimentos sociais das mais diferentes áreas foram decisivos na construção desta marcante vitória de Lula. Mesmo nos momentos mais difíceis, os movimentos organizados de trabalhadores, tanto do campo, quanto da cidade, perceberam o que estava efetivamente em disputa durante o forte cerco que as forças conservadoras e de direita vinham construindo. Para um candidato de esquerda conquistar os votos dos famintos é a confirmação de compromissos com os de baixo, num sentido inverso ao que informa o desdém conservador.

Os próximos quatro anos devem trazer crescimento econômico acentuado, gerar milhões de empregos, perseverar na política de recuperação do salário mínimo, prosseguir na política de integração da América Latina e de relação com os países em desenvolvimento e ampliar o ambiente democrático. Neste último aspecto, ganham especial relevância a Reforma Política e a democratização dos meios de comunicação.

### **Os monopólios da mídia e a democratização da comunicação**

Quanto aos grandes conglomerados de mídia, não é aceitável que não prestem contas à sociedade. Aliás, não é aceitável tamanha concentração de poder nas mãos de umas poucas famílias. Reiteradamente a grande imprensa tem se demonstrado pouco afeita ao contraditório, buscando impor agendas, desconstruir governantes que a desagradem e render governos ao *status quo*.

Não é saudável e não é democrático, já que a justíssima liberdade de imprensa não pode ser manto para acobertar leviandades e imposição de pensamento. A democratização dos meios de comunicação é um desafio urgente e o novo governo tem capacidade e legitimidade para enfrentá-lo. O povo dobrou a aposta, façamos valer a vontade das urnas.

Após quase dois anos de intenso bombardeio midiático contra o governo Lula e os movimentos sociais, os (tu)barões da imprensa foram à lona. No ringue, de tudo fizeram para manipular e induzir vontades, desejos e esperanças de leitores, espectadores e radiouvintes em sua ânsia de retroceder no tempo e na história aos tempos do neoliberalismo privatista e entreguista.

De tudo, mesmo. Até o maior desastre aéreo da história do país foi ocultado do noticiário para que as fotos do dinheiro do dossiê aparecessem cobrindo as edições e telas no dia anterior ao pleito, manchetes inverossímeis, legendas estapafúrdias, âncoras editorializando cada passo da notícia. Jornalistas foram pegos a laço para assinar de forma "absolutamente espontânea" em favor dos seus feitores nas redações, como na TV Globo, depois do diretor-executivo de jornalismo Ali Kamel ter sido pego em uma armação grotesca pró-Alckmin. Cria tucana, o valerioduto virou obra do PT, e não do então presidente do PSDB, Eduardo Azeredo; um financiamento irregular de campanha foi transformado em "mensalão, e até a venda das ambulâncias superfaturadas dos Vedoin, o mais do que comprovado esquema de corrupção tucano, foi propalado como responsabilidade de quem o denunciou: o ex-ministro da Saúde Humberto Costa.

Como na absurda condenação de Emir Sader no processo de injúria movido pelo ex-senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), aquele que sonhava em acabar com a nossa "raça", tudo foi feito para intimidar e criminalizar o pensamento crítico, demonstrando o ódio de classe da burguesia brasileira.

A forma descarada e despudorada com que se mostraram, particularmente Veja, Globo e Folha de S.Paulo, expôs nitidamente suas vísceras, escancarando por inteiro o que entendem por "liberdade de imprensa": a liberdade de caluniar, difamar

e mentir para defender os seus mesquinhos interesses e/ou de seus gordos anunciantes, via de regra banqueiros e multinacionais. Soberania nacional, integração latino-americana, direitos trabalhistas, Bolsa Família e Fome Zero viraram palavrões. O estratégico gasoduto articulado pelos presidentes Lula, Chávez, Evo e Kirchner virou "sonho megalomaniaco".

Os invasores do Iraque se converteram em "combatentes pela liberdade" e os movimentos sociais em "tropa paga do lulismo". Quanta objetividade.....

Felizmente, para o bem da democracia, não conseguiram fazer com que sua farsa se sobrepusesse aos interesses maiores da coletividade, no caso, a própria nacionalidade.

Mas, se em nosso país, apenas 6 grupos detém o controle de 667 rádios e tevês, com uma única rede dominando a audiência da TV, como fazer para quebrar a espinha dorsal deste poder paralelo, verdadeira caixa preta do vôo de vale tudo do que há de mais degenerado e anti-democrático? Na nossa compreensão, pela democratização dos meios de comunicação, pela constituição de uma imprensa verdadeiramente livre. Depois de tudo o que ocorreu, mais do que refletir sobre a prática criminosa de grande parte da mídia é necessário trabalharmos para conformar rapidamente os nossos próprios meios, para que a democracia não fique refém dos bons humores do "mercado", isto é, da meia dúzia de famílias que cartelizam a verdade em nosso país, etiquetando a informação no balcão de negócios, a preços módicos.

Tendo claro que os meios de comunicação são hoje o elemento central da disputa pela hegemonia em nossa sociedade, instrumentos do inimigo, canais de alienação e dominação política e ideológica, fica mais fácil saber o que fazer para definir nossa estratégia.

É preciso investir na construção de redes públicas e comunitárias de comunicação, no fortalecimento da imprensa livre como canais populares que façam não apenas um contraponto, mas que tenham condições reais e efetivas de se tornarem um poderoso instrumento, dando voz aos que não têm voz. Para nós, é inadmissível que concessões públicas como os canais de televisão continuem sendo utilizados como elemento de enriquecimento privado, sem qualquer compromisso com a sociedade e, mais do que isso, contra os seus interesses.

Para fechar o caminho à manipulação dos monopólios da imprensa, não basta apenas a denúncia dos seus desmandos, é preciso conformar alternativas. Para isso, é necessário que o governo invista via BNDES nestas novas estruturas que faça justiça na hora da repartição das verbas publicitárias, que não podem mais ficar restritas a essa meia dúzia de famílias, mas ser democratizada para os Sindicatos, associações comunitárias e estudantis, furando assim, o bloqueio (des) informativo da grande imprensa burguesa.

Dados os primeiros passos, bem estruturados nossos instrumentos, a própria onda da verdade se encarregará de afogar a mídia golpista e sua sujeira.

#### Fortalecer a estrutura e a organização dos trabalhadores

As importantes mudanças ocorridas no mercado de trabalho e, particularmente, no perfil da classe trabalhadora brasileira, propõem o desafio de termos uma organização enraizada na realidade nacional, bem como a experiência organizativa do sindicalismo brasileiro mostrou que novos caminhos devem ser buscados, construindo diretrizes e parâmetros comuns para todo o sindicalismo cutista.

O fortalecimento da organização sindical passa pela atualização das formulações de estratégia política e da estrutura sindical, dando-lhes a capacidade de ser, efetivamente, um instrumento potente para essa estratégia e de adequar-se às características que a classe trabalhadora adquiriu após as transformações operadas nos anos 90 sob o modelo neoliberal.

Estamos, mais uma vez, diante de uma grande oportunidade de fazer avançar as formas de organização sindical e do processo de negociação coletiva dos

trabalhadores. É neste cenário que poderemos construir um ambiente para liberdade e autonomia sindical, bem como, o contrato coletivo de trabalho.

Para consolidar a liberdade da organização sindical é necessária a ratificação das Convenções da OIT, tais como a 87 onde teremos plena liberdade sindical e proteção ao direito de sindicalização; a 98 que trata da aplicação dos princípios do direito de sindicalização e da negociação coletiva; a 135 que fala da proteção aos representantes dos trabalhadores nas empresas; a 151 que refere-se a proteção ao direito de sindicalização e procedimentos para definir as condições de emprego na administração pública; a 158 que trata sobre o término das relações de trabalho por iniciativa do empregador, entre outras.

É necessário que os bancários em conjunto com os demais trabalhadores, através da CUT, construam um processo de debates sobre os rumos destas reformas. Ela deverá servir para avançar a democracia nas relações de trabalho e nunca para retirar ou flexibilizar direitos dos trabalhadores.

## **2. CONJUNTURA ESTADUAL**

### **O governo Yeda/Feijó**

A derrota do projeto democrático e popular no Rio Grande do Sul, a aprovação do Pacto Pelo Rio Grande e o alinhamento do governo gaúcho Yeda/Feijó às políticas neoliberais e eleitoralmente superadas em nível nacional, bem como as manifestações do vice-governador eleito, Paulo Feijó (PFL), sobre a privatização do Banrisul e outras estatais, desafiam a classe trabalhadora gaúcha, em especial os bancários, não apenas do Banrisul, a se manterem em estado de alerta e, se possível, se antecipar às ações privatizantes, que poderão ser desencadeadas pelo governo tucano-pefelista gaúcho, em sintonia com grupos empresariais e de comunicação atuantes no Estado.

Mesmo não ganhando as eleições, as forças democráticas e populares caíram em pé, conquistando 2.884,092 votos, 46% dos válidos. Isto se constituiu num crescimento extraordinário, já que no primeiro turno tinham obtido 1.696,243 eleitores (27% dos válidos).

Mais do que uma precisão na condução da campanha, no segundo turno ocorreu uma *alteração de linha política*. No primeiro turno praticamente não houve apresentação de propostas para a crise do Estado e a campanha regional não foi vinculada com o governo Lula, mantendo uma distância da dinâmica da política nacional, o que não ocorreu em nenhum outro Estado.

Essas duas questões de compreensão de campanha, somadas às limitações impostas pelo isolamento da Frente Popular, que desta vez, apesar de contar com a presença do PCdoB na chapa, tendo como vice a companheira Jussara Cony, não conseguiu atrair sequer o PSB no primeiro turno.

A dinâmica da política do segundo turno foi calcada na demonstração da Frente Popular como a melhor preparada para liderar a superação da crise do estado e dar uma perspectiva de futuro para ele. Além disto, a maior identidade com o projeto nacional fez com que, por conseqüência, também o campo conservador fosse levado para um terreno político que não lhe interessava e exigia uma maior nitidez e posicionamento sobre questões de projetos de nação, como as privatizações e seu compromisso com os projetos sociais, por exemplo.

É preciso reconhecer que a vitória política obtida no segundo turno das eleições demonstrou que as forças democráticas e populares ainda são capazes de polarizar o Estado, superando a derrota com potencial desorganizador que seria a não ida para o segundo turno, pois a diferença foi de apenas 16.341 votos. Isso, no entanto, implica em avaliar de forma detida as circunstâncias e dilemas que o campo democrático e popular vive no Estado, pensando mais profundamente as razões que tem ocasionado

a perda de votos desde a vitória de 1998 do governo Olívio e de importantes prefeituras do Estado.

Mesmo com o crescimento demográfico dos eleitores, em 2006 foi quase repetida a votação do primeiro turno de 1994. Também no segundo turno a curva de votação é decrescente. Em 1994 foram 47,79% dos votos; em 1998, 50,78%; em 2002, 47,33%; e em 2006, 46,05%.

Está cada vez mais claro que, apesar da grande força social, o campo democrático e popular não é majoritário na sociedade e, por isso, precisa da unidade da Frente Popular e, ainda, de retomar a capacidade de atração de movimentos e setores de partidos com proximidade e identidade política com um programa de transformações para o Rio Grande e para o Brasil.

### **A blindagem da mídia e a conquista da opinião pública**

A mídia continua sendo objeto de discussão incontestável para o avanço do processo de construção democrática no Rio Grande. É evidente a sua decisão em disputar a opinião do povo gaúcho e colocá-la contra o projeto democrático e popular e a favor da manutenção dos privilégios de grupos empresariais e outros poderosos. A associação da mídia com as forças conservadoras têm sido importante para a organização do antipetismo.

Nos últimos quatro anos, o governo Rigotto foi blindado o tempo inteiro. Pouco ou quase nada foi escrito, falado ou exibido sobre os resultados pífios da administração estadual, como na saúde, educação e segurança. Já o tratamento que as forças democráticas e populares e os movimentos sociais receberam dos chamados "formadores de opinião" foi completamente distinto, pois suas posições e iniciativas são constantemente manipuladas e rotuladas como corporativas e descomprometidas com os interesses da sociedade.

Todos que já publicaram um livro, ou tem alguma proximidade com esta área, sabem que nenhum livro, exceto lançamento do Paulo Coelho, consegue recursos suficientes para colocar dezenas de outdoors e recebe tanta publicidade quanto um recente livro de conhecidos militantes antipetistas recebeu, cujo título é revelador: "A vanguarda do atraso".

Desde o governo Olívio, uma dezena de livros foi escrita por canetas a serviço desta fábrica. O centro desta produção é caracterizar os partidos de esquerda como comprometidos com um projeto autoritário e, mais ainda, totalitários e atrasados. Essa não é uma questão apenas regional, mas nacional.

Contra isto, as forças democráticas e populares e os movimentos sociais terão que lutar na sociedade. Para tanto, impõe-se a elaboração de um projeto político e social para o país, que seja contemporâneo às exigências de uma nova ordem mundial, atentando para a dimensão econômica, social, ambiental, racial, de gênero e da diversidade que compõem o largo espectro das lutas em curso.

Essa discussão tem que ser enfrentada pelos movimentos sociais e pelos bancários com a produção de políticas capazes de furar bloqueio que a grande mídia procura construir para frear a opinião democrática. É fundamental o reforço de um sistema público eficiente de comunicação, uma política de incentivo às rádios comunitárias e uma política de maiores investimentos em comunicação para disputar a versão dos fatos e a hegemonia política na sociedade gaúcha.

### **A responsabilidade da FEEB-RS e dos bancários**

A FEEB-RS, os sindicatos filiados e os bancários terão enorme responsabilidade na conjuntura estadual e nacional. Dividir com a CUT-RS, a Contraf-CUT e outras entidades comprometidas com as lutas dos trabalhadores a tarefa de não permitir a privatização ou federalização (ou "publicização", no dizer de Feijó) do Banrisul. O

banco foi salvo da venda aos banqueiros no governo Olívio e se trata de um patrimônio do povo gaúcho. Mobilizar gaúchos e gaúchas para essa causa é missão da categoria.

Além disso, é fundamental que os bancários se façam ouvir na questão da recuperação financeira do Estado. Esse tema tem a ver com investimentos sociais que precisam ser realizados no Rio Grande. Não é possível concordar com a tese dos neoliberais de que para sanear as finanças do Estado o investimento será zero. Há carência de programas sociais para os desempregados, agricultores familiares, segurança, saúde, educação, juventude e cultura, por exemplo. Para tanto, o Estado deve alocar recursos, sem novos tarifajos, acabar com anistias fiscais, combater a sonegação e acabar com a renúncia fiscal.

### 3. CAMPANHAS SALARIAIS

#### **A luta conjunta trouxe ganhos para todos: bancos públicos e bancos privados**

Ao analisarmos o lado econômico das campanhas salariais desta década, observamos que a partir do momento em que a totalidade dos bancários do país passou a caminhar juntos, os banqueiros começaram a perder força e deixaram de impor sua política de diminuição gradativa de salário, ou seja, diminuição da folha de pagamento, que vinha acontecendo desde meados dos anos 90.

A partir de 2004, quando os 400 mil bancários passaram a lutar na mesma campanha, os banqueiros da rede privada foram obrigados a reajustar os salários acima da inflação e o governo foi obrigado a cumprir os reajustes salariais para os bancários dos bancos públicos. O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal tiveram que pagar a PLR, nos moldes da CCT dos bancários, pela primeira vez.

#### **Quadro Comparativo das Campanhas Nacionais dos Bancários: 2000 a 2006 - Inflação X Reajustes Salariais**

##### **Inflação - Reaj.Salarial - abono sal. - Reaj. BB - Reaj. CEF**

	ICV	INPC	FENABAN	abono	BB	CEF
Campanha Salarial 2000	9,21%	6,96%	7,20%	Zero	1,7% (1) (2)	Zero (2)
Campanha Salarial 2001	8,30%	7,31%	5,50%	1.100,00	2,0% (1) (3)	Zero (3)
Campanha Salarial 2002	7,45%	9,16%	7,00%	1.200,00	5,0% (1)	5,0%
Campanha Salarial 2003	15,50%	17,50%	12,60%	1.500,00	12,60%	12,60%
Campanha Salarial 2004	7,81%	6,69%	8,50 a 12,77%	1.500,00	8,5 a 12,77%	8,5 a 12,77%
Campanha Salarial 2005	4,89%	5,01%	6,00%	1.700,00	6,0%	6,0%
Campanha Salarial 2006	2,80%	2,85%	3,50%	PLR Adic. Até1.500,00	3,50%	3,50%

##### **Elaboração: DIEESE Subseção Bancários**

1-somente sobre o salário-base (VP)

2-abono do BB de R\$ 2500,00 (em 4 parcelas) e na CEF R\$ 1200,00.

3-no BB 100% da remuneração com piso de R\$ 1000,00 e na CEF R\$ 900,00.

Basta observar que até 2003 não havia de forma efetiva uma campanha que congregasse bancários dos bancos públicos federais junto aos bancários da rede privada. Nessa fase, tanto uns como outros não conseguiam correlação de forças capaz de manter e aumentar o poder de compra dos salários.

É verdade que os trabalhadores dos bancos públicos já discutiam em seus congressos a luta conjunta com toda a categoria e a necessidade de estarem na CCT – Convenção Coletiva de Trabalho dos Bancários – era a chance de derrotar a política neoliberal em vigor desde meados da década de 90, de demissão, congelamento salarial e extinção de direitos. No entanto, essa construção, que já era pensada, ainda não havia se consubstanciado até a campanha de 2003.

No congresso dos bancários do Banco do Brasil de 2003, foi tirada a estratégia de exigir do novo governo o cumprimento da CCT dos bancários, avançando naquilo que os trabalhadores da rede privada já haviam conquistado – como reajuste sobre todas as verbas, acordo de PLR e Vale Alimentação/Vale Refeição semelhante ao da categoria, mas mantendo conquistas específicas, lutando para estendê-las aos que entraram após 1998.

Os empregados da Caixa Econômica Federal, também em anos anteriores, já vinham adotando estratégia de exigir o cumprimento da CCT dos bancários.

### **Fim da política de não repor inflação**

Com a definição da luta conjunta dos bancários, debatida e aprovada nas Conferências Nacionais dos Bancários de 2004, 2005 e 2006, começou uma nova estratégia de luta: estabelecer uma política salarial para os trabalhadores bancários, ou seja, a de termos ganhos acima da inflação em todas as campanhas. Foi dessa forma que, em 2004, 2005 e 2006, os bancários passaram a ter reajustes acima da inflação e receberam abono não como complemento de índice inflacionário, mas como abono mesmo, ou, como no último ano, da conquista da PLR adicional.

### **Outros fatores positivos**

Dentre outras mudanças positivas ao longo das últimas campanhas, podemos citar a assinatura do pré-acordo com os bancos públicos em 2004, de forma a que os bancários tivessem a segurança de saber que o governo se comprometia a cumprir aquilo que fosse conquistado pelo conjunto da categoria, isto é, que não proporia acordo menor, como ocorreu até 2003.

Foi feito ainda o reconhecimento formal dos sindicatos CUTistas e da CNB/CUT à época, como legítimos representantes dos bancários do país, pondo fim à “hegemonia jurídica” da Contec, que por muitos anos fez acordos rebaixados sem autorização dos bancários e ajuizou dissídios, levando a perdas de conquistas históricas, como foi o caso do anuênio no Banco do Brasil, entre outras.

Em 2006, o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal assinaram a CCT dos bancários e assinaram aditivos a essa mesma CCT para preservar direitos específicos em cada um desses bancos.

### **A retomada das greves da categoria**

O fator mais importante da mudança de perspectiva das últimas campanhas foi à greve conjunta dos bancários nas campanhas de 2004, 2005 e 2006. A greve coroou um conjunto de estratégias que visava fortalecer a categoria para o enfrentamento com os banqueiros, terminando com o isolamento que, por vezes, fragilizou o movimento bancário nacional.

### **Campanha Nacional dos Bancários 2006**

A Campanha Nacional dos Bancários 2006 se desenrolou num cenário bastante complexo. O índice inflacionário dos 12 meses foi de 2,80% pelo ICV DIEESE e de 2,85% pelo INPC, o que representa um indicador forte de estabilidade econômica. Porém, na população brasileira, ainda prevalece uma cultura inflacionária, fazendo com que o trabalhador não se mobilize por um índice que guarde coerência com essa realidade de baixos patamares.

Esses fatores são determinantes dessa complexidade e trazem para a direção nacional e estadual do movimento o desafio de conduzir a campanha com tranquilidade, garantindo ganhos que sejam reconhecidos pela categoria. Para lograr êxito frente a esse desafio, foi necessário fazer um debate bastante franco com o bancário no sentido de desmistificar algumas idéias preconcebidas que ressurgem em período de campanha reivindicatória, num ano temperado pela eleição presidencial.

No que tange à questão de índice, já temos feito, nos últimos anos, um exercício de como reivindicar reajuste em um quadro de baixa inflação. E nesse particular temos errado e acertado.

Como exemplo de acerto podemos citar a mudança de conceito de recomposição de perdas, para aumento real em relação à inflação do período, pois a experiência das campanhas realizadas nos últimos anos mostrou que a condução da política econômica pelo governo não coloca a perspectiva de recuperação instantânea de perdas históricas. Por outro lado, a garantia de repasse do índice inflacionário do ano, com aumento real, tem a capacidade de recuperar, paulatinamente, o poder de compra dos salários.

Para lembrarmos um erro cometido recentemente podemos citar o índice reivindicado em 2004: 25% frente a uma inflação da ordem de 7%, gerando desconfiança na categoria e nos fazendo sair de uma campanha onde obtivemos uma das melhores propostas econômicas da história (para as faixas salariais mais baixas o aumento real chegou aos 5 pontos percentuais), com a sensação de derrota.

Já o "efeito" eleições presidenciais colocou para muitas pessoas a falsa idéia de que o "governo de plantão", em especial o atual, por ter uma forte base eleitoral nos trabalhadores, teria a tendência natural de "abrir os cofres" para garantir sua reeleição. Esse pensamento, obviamente, foi mais forte nos bancos federais.

Mas quem jogou mesmo com o calendário eleitoral foram os banqueiros que, pela primeira vez, fizeram a primeira proposta para os bancários no final de setembro.

Como forma de superar essa dificuldade acertamos na estratégia de convencer os bancários da necessidade de se organizar para uma luta árdua, tanto nos bancos privados como nos públicos. Havia em alguns setores da categoria a ilusão que por ser um ano eleitoral as coisas seriam bem mais fáceis.

### **Consolidar a Campanha Unificada**

Isso nos leva ao ponto crucial de nossas últimas campanhas: A UNIFICAÇÃO DA CATEGORIA. Antes de tudo, é preciso resgatá-la como elemento estratégico, e não meramente tático. No futuro, a consolidação da unidade tornará a categoria muito mais organizada e, conseqüentemente, mais capacitada para o enfrentamento com os patrões, e, portanto, não poderemos deixá-la de lado mesmo se em um determinado momento à luta específica se coloque como uma saída mais fácil. Ou seja, não dá para, a depender da conjuntura, optarmos pela unificação ou abrirmos mão dela. Ao contrário, devemos persegui-la sempre.

Se, em função da conjuntura atual, resolvermos abandonar o debate de unificação, isso será um duplo engodo. Em primeiro lugar, por não termos a compreensão desse caráter estratégico, e, em segundo, por reforçarmos a idéia de "campanha fácil" nos bancos federais, por ser parcela da categoria supostamente mais mobilizada.

## **Ampliação das conquistas econômicas**

Os baixos índices inflacionários, que evidentemente trazem estabilidade à vida da população, contrastam, contudo, com o aumento progressivo dos lucros do Sistema Financeiro. Do ponto de vista das conquistas econômicas, temos buscado alternativas para minimizar essa discrepância via, principalmente, aumento real e incremento da participação nos lucros e resultados.

A fórmula apresentada ano passado já forçou alguns bancos como BB, Itaú, HSBC e ABN a pagar a PLR além da regra tradicional. BB e Caixa já incluíram uma parcela linear. Na campanha de 2006 insistimos na proposta para que uma nova fórmula fosse aceita pela Fenaban, alterando os termos do acordo e forçando todos os bancos a pagarem mais do que era a regra tradicional acordada na CCT de anos anteriores.

## **4. ORGANIZAÇÃO ESTADUAL DO RAMO FINANCEIRO**

Um dos desafios da próxima gestão da FEEB-RS é a organização não somente da categoria bancária, mas de todo o ramo financeiro, em sintonia com a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), fundada em janeiro de 2006 e que já engloba nove federações estaduais e interestaduais, com 110 sindicatos filiados, cuja base já é composta por 400 mil bancários. O objetivo é organizar e representar 1 milhão de trabalhadores em todo o país, que atualmente prestam algum tipo de serviço financeiro.

Conforme resolução aprovada na última conferência estadual dos trabalhadores do ramo financeiro, há diversas categorias envolvidas em atividades do sistema financeiro nacional. Muitas delas permanecem à margem da Convenção Coletiva Nacional dos Bancários, embora realizem serviços contratados por empresas que fazem parte das *holdings* controladas por bancos.

Dentre esses profissionais, além de bancários e financeiros, cooperativas de crédito, encontram-se promotores de crédito/venda, securitários, especialistas em tecnologia da informação, funcionários de bolsas de valores, correspondentes bancários, capitalização, previdência complementar, terceirizados, entre outros.

Estima-se que essas categorias ultrapassem a um milhão de trabalhadores no ramo, segundo base em dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD) realizada em 2004. Para facilitar o diálogo com esses trabalhadores é fundamental ter uma caracterização mínima do perfil. Basta observar nas portas das financeiras que sua grande maioria é composta por jovens, muitos deles negros e uma parcela considerável de mulheres. É fundamental que os dirigentes se apropriem dos temas considerados transversais pelo movimento sindical (juventude, mulheres e raça) para adaptar o nosso discurso e atrair estes setores para dentro dos sindicatos.

É importante salientar que mesmo aquelas financeiras que hoje representamos e contratamos, de cada 10 trabalhadores apenas 2 são financeiros. Os demais são classificados como promotores de vendas/crédito e estão enquadradas em outras categorias, sempre com salários e benefícios menores e em péssimas condições de trabalho, aonde as jornadas de trabalho destes chega a superar a 10 horas diárias. Na Taií, por exemplo, praticamente todos seus trabalhadores são considerados comerciários.

## **Ampliação de conquistas**

Um dos objetivos da criação da CONTRAF-CUT foi o de incluir no debate e nas negociações todos os trabalhadores que fazem parte do processo de intermediação financeira com o intuito de melhorar seus direitos e ampliar conquistas.

Estamos num momento histórico, onde nasce a Confederação com o intuito de abranger os mais diversos segmentos do Ramo Financeiro. Estamos certos de que com o engajamento dos sindicatos, coordenados pela FEEB-RS, muito em breve estaremos propiciando a estes trabalhadores melhores condições de trabalho, além de novos direitos e salários dignos. Para isso temos que definir táticas e estratégias para cada segmento que buscamos organizar.

Deve ser objetivo de todos, que até o final do próximo mandato da FEEB-RS devemos fazer todos os esforços para estar representando de fato os trabalhadores do ramo financeiro no Estado.

Além de estarmos dentro da estratégia da CUT desde sua fundação, que é a de ampliar a representação dos trabalhadores pelo ramo, é necessário enfrentarmos os mais diversos artifícios usados pelos bancos, tais como: a terceirização e a segmentação que estão relacionadas com a atividade fim destes.

A pulverização dos trabalhadores brasileiros em cerca de 18 mil sindicatos nos últimos anos tornou quase obsoleta a organização por categoria profissional, uma vez que eles se relacionam por ramo de atividade e estão envolvidos no mesmo processo.

Os próprios bancos reconheceram essa mudança e a necessidade de criar uma entidade sindical patronal do ramo para representá-los: a Confederação Nacional do Sistema Financeiro (CONSIF).

### **É necessário avançar**

Entendemos que é urgente avançar na organização destes trabalhadores. Até o momento poucos sindicatos fizeram o debate da representação dos mesmos. É necessária a conscientização de todos os dirigentes da FEEB-RS e das diretorias dos sindicatos filiados para este debate. Temos que estar convencidas para podermos valorizar o trabalho destas pessoas.

Devemos intensificar a discussão em nossas diretorias e nos qualificar para isso. Precisamos buscar informações tais como: Onde estão estes trabalhadores? Quais são as condições de trabalho? Quais são seus benefícios e salários? , etc. Temos que chamar estes trabalhadores para debater a atual situação. Temos que discutir com eles as péssimas condições de trabalho, a jornada de trabalho de mais de 10 horas diárias, trabalho nos finais de semana, bem como os benefícios insignificantes ou quase inexistentes e salários rebaixados. Este deve ser o nosso objetivo para o próximo período.

Podemos, como exemplo, pensar na organização imediata das principais promotoras que existem nacionalmente, tais como: BV Financeira, Taií, Fininvest, Finasa, Olé, etc. Devemos chamar estes trabalhadores para o debate, e, ao mesmo tempo temos que procurar a representação patronal, a CONSIF, para estabelecermos a representação e contratação destes.

Se o objetivo dos banqueiros foi dividir os trabalhadores para reduzir não só os direitos e benefícios da categoria, mas também sua capacidade organizativa e de luta, o dos trabalhadores deverá ser o oposto – Unidos, somos fortes e podemos lutar e conquistar mais.

### **Fortalecimento das instâncias dos bancários**

A defesa dos empregos e dos direitos e das conquistas exige a unidade nacional e estadual e o fortalecimento das instâncias dos bancários. A disputa pelo poder na condução do movimento não pode continuar sendo colocada por setores do movimento sindical acima dos interesses da categoria, como tem ocorrido nas últimas campanhas salariais.

### **Comando Nacional dos Bancários**

A FEEB-RS deve continuar participando dessa instância nacional dos bancários, cujos representantes titular e suplente são eleitos na conferência estadual, sendo responsáveis pelas negociações com a Fenaban, além da organização e mobilização das campanhas salariais.

### **Coordenação Estadual dos Bancários**

A FEEB -RS deve fortalecer a Coordenação Estadual dos Bancários, integrada pelo Colegiado Executivo e por representantes das Regionais, tendo como tarefa a organização e a mobilização das campanhas salariais no âmbito do Estado.

### **Comissão de Organização dos Empregados (COEs)**

A FEEB-RS deve igualmente manter integrando essas instâncias em cada banco, cujos representantes titular e suplente são da mesma forma escolhidos na conferência estadual, visando reforçar as negociações e as mobilizações específicas, como o plano de saúde, a previdência complementar, o plano de cargos e salários e a isonomia de direitos e oportunidades, dentre outras reivindicações.

### **Ampliação dos delegados sindicais**

A Organização por Local de Trabalho (OLT) é uma das bases para uma eficiente ação sindical, assumindo papel fundamental na organização e mobilização, principalmente nas campanhas salariais.

Um dos principais instrumentos de OLT nos bancos é o delegado sindical. Além do Banrisul, esse representante no local de trabalho foi retomado nos últimos anos no BB e na Caixa, dentre outros bancos públicos, tendo sido imprescindível na construção das greves nos últimos quatro anos.

A FEEB-RS tem que continuar articulando os delegados eleitos, propiciando encontros e formação sindical, além de fortalecer a luta para a conquista dessa representação nos bancos privados.

## **5. PROJETOS PARA A PRÓXIMA GESTÃO**

### **Plano de lutas e ação sindical**

A FEEB-RS deve articular as principais lutas dos trabalhadores do ramo financeiro no País, organizar as lutas gerais e específicas no Estado e participar ativamente das lutas da classe trabalhadora, sob a coordenação da CUT.

Uma das lutas é a defesa do Banrisul da privatização e de outros ataques neoliberais. A eleição de uma governadora tucana e de um empresário como vice que se notabilizou em pregar a federação do banco deixou os banrisulenses e a sociedade gaúcha em estado de alerta e vigilância permanente.

Outras lutas é a recuperação do salário mínimo, cujos índices de reajuste acabam servindo de patamares para as negociações de todos os trabalhadores. Também a correção da tabela do Imposto de Renda é uma luta importante para os bancários, que em grande parte sofre "com a mordida do leão".

Também é fundamental a luta pelo fim do fator previdenciário, conforme estabelece o projeto de lei do senador Paulo Paim, a fim de eliminar esse entulho neoliberal implantado em 1998, no governo FHC, que baixou as aposentadorias. Além disso, é preciso combater as novas tentativas dos neoliberais de aumentar a idade mínima de aposentadoria para os trabalhadores.

Merece ainda destaque a luta pela reforma política, que venha a combater a corrupção eleitoral, garantir o financiamento público das campanhas e fortalecer a democracia política no Brasil.

### **Saúde**

A FEEB-RS deve reforçar a atuação voltada à saúde do trabalhador bancário, promovendo encontros e auxiliando os sindicatos a montarem departamentos de saúde, a exemplo de Porto Alegre e outras entidades, visando o atendimento dos portadores de doenças do trabalho. O cotidiano de sofrimento psíquico e as patologias do sistema músculo-esquelético conhecidas como LER/DORT precisam ter respostas cada vez mais eficazes.

Também é fundamental o estudo do assédio moral no trabalho, decorrente de metas abusivas para a venda de produtos nos bancos. Essa realidade atinge trabalhadores nos bancos públicos e privados e não pode continuar.

Para tanto, a FEEB-RS deve continuar oferecendo suporte técnico e capacitando o conjunto das direções dos sindicatos do Estado, para que estes possam desenvolver as ações necessárias ao conjunto da categoria, em parceria com a Delegacia Regional do Trabalho, Ministério Público do Trabalho e Universidade.

### **Segurança Bancária**

Os assaltos e seqüestros que estão assustando bancários, vigilantes e clientes no Rio Grande do Sul é, por um lado, fruto dos escassos investimentos dos bancos em equipamentos e medidas de prevenção. Os banqueiros acumulam lucros sempre maiores, mas não investem em segurança à altura dos juros e tarifas que cobram dos seus clientes.

De outro lado, essa ação de quadrilhas cada vez mais ousadas e aparelhadas é resultado da carência de políticas públicas para buscar inclusão social e cidadania, combinado com o desmonte da segurança pública. Faltam viaturas e policiais nas ruas para inibir o ataque dos criminosos, além de mais recursos para a inteligência, a unidade de ação e a auto-estima e a melhoria das condições de trabalho dos policiais.

A FEEB-RS, em conjunto com os sindicatos, deve seguir participando do Grupo Interinstitucional de Trabalho sobre Segurança Bancária, da Secretaria da Justiça e da Segurança, cobrando medidas para acabar com essa onda de assaltos e seqüestros.

Também é importante realizar novas manifestações contra a insegurança, com protestos e denúncias nas câmaras municipais e na Assembléia Legislativa, em parceria com os vigilantes.

O cadastro de assaltos, seqüestros, arrombamentos e outras ações criminosas nos bancos deve ser mantido e atualizado com o envio de quaisquer informações para a FEEB-RS.

Os sindicatos devem apresentar projetos de lei junto às câmaras municipais, propondo a instalação de portas giratórias de segurança em todos os acessos destinados ao público, inclusive na sala de auto-atendimento, além de câmeras de vídeo com monitoramento à distância e vidros a prova de balas e com grades.

As entidades também devem montar estruturas de apoio para as vítimas de assaltos e seqüestros, cobrando dos bancos o fechamento da agência ou posto no dia do assalto, face ao impacto da violência, e a emissão da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) e assistência médica e psicológica (às custas dos bancos) para quem presenciou assalto ou foi vítima de seqüestro.

Não é possível continuar trabalhando com medo. A vida precisa ser colocada acima do lucro.

### **Gênero, Raça e Orientação Sexual**

A FEEB-RS deve reforçar a participação na Comissão Nacional de Gênero, Raça e Orientação Sexual (GROS), promovendo encontros e atividades que busquem a isonomia de direitos e oportunidades, a igualdade racial e o combate aos preconceitos e intolerâncias.

### **Jurídico**

A FEEB-RS deve atuar cada vez mais em parceria com os sindicatos, atuando como autêntica central de informações e orientações jurídicas para todo o Estado. Para tanto, deve estruturar-se de maneira que possibilite atender essas demandas.

O Departamento Jurídico deve acompanhar as principais decisões dos tribunais superiores, comunicando a FEEB-RS e os sindicatos acerca dos seus reflexos para os trabalhadores do ramo financeiro.

Diante da possibilidade de instalação de Comissões de Conciliação Voluntária (CCV), o jurídico da FEEB-RS terá papel importante de assessorar os sindicatos e verificar passo a passo essa nova forma de negociação individual de direitos dos bancários.

### **Comunicação**

A FEEB-RS deve aprimorar o Departamento de Comunicação, estimulando a utilização do novo portal na internet e produzindo jornais para levar informação para a base, além de auxiliar na distribuição de jornais nacionais por bancos, que têm sido distribuídos pela Contraf-CUT

O apoio a rádios e TVs comunitárias e educativas também deve ser uma das tarefas da FEEB-RS, como forma de luta pela democratização dos meios de comunicação.

### **Formação**

A FEEB-RS deve continuar organizando cursos, seminários e encontros de dirigentes e delegados sindicais, visando a capacitação permanente do movimento sindical bancário. Também é importante a integração com os cursos de formação da CUT.

É preciso estimular e investir em formação sindical. Para tanto, é fundamental a manutenção de parcerias com o Dieese, Anapar e outras entidades.

### **Patrimônio**

A próxima gestão da FEEB-RS deve ainda buscar uma solução para o problema dos alojamentos existentes em Porto Alegre para a hospedagem de bancários do interior do Estado, mas que não oferecem condições adequadas de utilização, gerando constantes reclamações dos usuários. A FEEB/RS deverá apressar esse debate em conjunto com a comissão de sustentação financeira, visando resolver o mais breve possível este problema.

**Porto Alegre, 27 de novembro de 2006.**

## **ARTICULAÇÃO BANCÁRIA - RS**

Carlos Augusto Rocha – Banrisul  
Ademir Wiederkehr – Santander Banespa  
Devanir Camargo da Silva – CEF  
Eloi Valdir Horst – BB

